BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

IPR

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 11 NÚMERO 3 MARÇO DE 1987

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

CENTRAL
27.IV.87
RIO DE JANEIRO-RJ

BRASIL CORREIO
Cr$ 20,00
F. GETULIO

IMPRESSO

BIBLIOTECA KARL A.BOEDECKER
EAESP/FGV
AV.9 DE JULHO 2029
01313-SAO PAULO-SP

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro (Chefe do CEA/IBRE/FGV)

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer (**preços no nível do produtor**), Bruno Marcus Rangel Pessanha (**supervisão de pesquisa e pecuária**), Fernando Roberto de Freitas Almeida (**editoração, arroz, feijão e uva**), Fernando da Silva Santiago (**café e amendoim**), Inês Teresa Lyra Gaspar da Costa (**algodão e laranja**), Irene Raguenet Troccoli (**milho, aves e suínos**), Janet Fajardo Zaidhaft (**cebola e mamona**), Leila Tendrih de Freitas Almeida (**oleaginosas e trigo**), Maria José Cyhlar Monteiro (**política agrícola e cacau**), Martha Macedo de Lima Barata (**aveia, centeio, cevada e sorgo**).

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin (**preços de terras, salários e serviços**), Lúcio Junqueira Campos (**preços recebidos**), Mário Sachs Rabello (**índices e relações de trocas**) e Oraide Terezinha Novaes (**preços de insumos**).

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego (**bibliotecária**) e Maria Célia Ávila Bezerra.

Auxiliar de editoração: Luizete Adelaide da Pena de Souza.

Serviços de secretaria: Márcia Regina Gontijo de Souza (**secretária**), Lúcia Maria Santos de Paula, Rosa Cristina da Silva Leite e Vilma Tavares de Lima Oliveira.

Composição: Neli Martins Mascarenhas e Iolanda Aparecida da Silva.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Calvalcanti Ltda (PABX 224-7732 – 231-3213).

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1 – ,n.1 – 1977 –
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone: 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicita-se aos leitores que, na eventual comunicação de mudança de endereço, remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

NOTA DA EDIÇÃO

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

A safra agrícola 1986/87 deverá estabelecer recordes em algumas lavouras. Não se registraram, durante a fase de produção, maiores problemas de ordem climática, salvo em áreas restritas, mais sujeitas à instabilidade, como é o caso da Bahia, onde a fértil zona produtora de Irecê voltou a ser atingida pela estiagem.

O êxito do plantio no Centro-Sul, verificado no contexto do **fim temporário** *dos mecanismos de correção monetária, segundo o* **Plano de Estabilização Econômica,** *traz à tona, contudo, sérias deficiências do* **Setor.** *Além da notória falta de infra-estrutura, os boatos de quebra da safra do ano passado detonaram importações elevadas, cuja armazenagem agora compete, pelo pouco espaço disponível, com a dos produtos recém-colhidos. De acordo com informações da* **Companhia de Financiamento da Produção,** *o escoamento da nova safra se depara com graves problemas, de vez que há, também, grande insuficiência de transporte rodoviário.*

Essa situação espelha parte das dificuldades por que passa o agricultor brasileiro. Além do risco elevado inerente a sua atividade, ainda se defronta com outro, de tipo **institucional,** *pois nunca conhece com a antecedência necessária, as providências que o afetam, das autoridades governamentais, notadamente no que se refere à política de estocagem. Faltam, em verdade, aparelhamento e planejamento e tais carências sempre repercutem na rentabilidade do negócio agrícola, disseminando-se, a seguir, por toda a economia.*

O presente número de **Agroanalysis** *faz referência a um novo instrumento de política agrícola, o* **Índice de Preços Recebidos pelos Produtores Rurais — IPR** *— criado com o fito de adequar o custo financeiro dos empréstimos agrícolas às condições de pagamento do agricultor. Sua importância é tão maior quanto se sabe que, há anos, a evolução média dos preços dos produtos agrícolas não consegue equiparar-se ao crescimento da taxa de inflação, processo que se está repetindo, este ano. Baseado no conceito de* **capacidade de pagamento do Setor,** *foi aceito pelas lideranças rurais como tentativa para solucionar a questão da taxa de juros, que ameaçou paralisar atividades produtivas fundamentais à superação da atual crise da economia brasileira.*

SUMÁRIO

PRODUTOS ANIMAIS E DERIVADOS
- Avicultura 2

PRODUTOS VEGETAIS E DERIVADOS
- Arroz 4
- Aveia 6
- Feijão 7
- Milho – Panorama Mundial 8
- Uva 11

ENSAIO ESPECIAL
- Mel de Abelha no Mundo 13

O NOVO IPR 17

CRÉDITO AGRÍCOLA 18

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 21

PREÇOS RELATIVOS E RELAÇÃO DE TROCAS 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

AVICULTURA

A exportação de carne de frango, no ano passado, foi a menor desde 1980. A perda de mercados anteriormente conquistados é grave, principalmente diante da agressiva concorrência da França.

O **Plano de Estabilização Econômica** trouxe prejuízos à exportação de aves. No período anterior a março de 1986, o consumo interno de carnes, em geral, foi restringido pelo descompasso entre preços e salários, o que tornava fácil a geração de excedente exportável, que costuma ser, no caso da avicultura, de 20% do total produzido. Segundo o **USDA**, em 1983, 1984 e 1985, a participação do **Brasil** no total das exportações mundiais[1] de frangos foi de 25%, 26% e 26%, respectivamente. Para 1986, estimava-se que o percentual caísse para 24%, tendo em vista que as vendas brasileiras eram esperadas em 280 mil t.

A partir do **congelamento** de preços, a maior procura por proteínas tornou as exportações prejudiciais ao abastecimento interno. A partir de setembro, iniciou-se o contingenciamento das exportações mensais.

Segundo a **Abef**, o **Brasil** vendeu, em 1986, não mais do que 224,7 mil t de carne de frangos, a menor quantidade desde 1980 (ver Quadro 01), perdendo posição no mercado internacional, passando de segundo a quarto maior exportador mundial, ultrapassado pelos **EUA** e pela **Holanda**. O total exportado representou 14% da produção (foi de 18% em 1985), e essa diminuição, de pouco mais de 55 mil t, teve reflexo significativo nas cotações do produto.

Por esse motivo, o faturamento dessas vendas decresceu menos acentuadamente (a receita de US$ 220 milhões

1 Excluído o comércio intra-CEE.

QUADRO 01 – BRASIL – VENDAS MENSAIS E TOTAL ANUAL DE CARNE DE FRANGOS – 1985-86 (em t)

MÊS	1985	1986	Δ %
Jan	25.191	16.550	– 34
Fev	19.540	18.747	– 4
Mar	13.308	13.425	+ 1
Abr.	36.657	25.441	– 31
Mai	17.827	22.876	+ 28
Jun	28.497	25.755	– 10
Jul	25.980	17.478	– 33
Ago	20.232	16.846	– 17
Set	18.266	20.319	+ 11
Out	12.329	13.758	+ 12
Nov	30.540	13.501	– 56
Dez	24.642	19.955	– 19
	273.010	224.652	– 18

FONTE – Associação Brasileira dos Exportadores de Frangos – Abef.

QUADRO 02 – ARÁBIA SAUDITA – IMPORTAÇÃO E CONSUMO DE CARNE DE AVES – 1974, 1980 E 1985 (em mil t)

ANO	IMPORTAÇÃO	PRODUÇÃO	CONSUMO
1974	15	10	25
1980	170	4	210
1985[1]	200	200	380

FONTE – Marché International des Produits Avicoles.
1 Preliminar, sujeito a revisão.

QUADRO 03 – BRASIL – EXPORTAÇÕES DE CARNE DE FRANGOS E DE FRANGOS EM PEDAÇOS – 1983-86 (em t)

ANO	TOTAL (A)	EM PEDAÇOS (B)	B/A
1983	299.231	–	–
1984	287.494	31.805	11%
1985	273.010	36.720	13%
1986	224.652	44.193	20%

FONTE – Associação Brasileira dos Exportadores de Frangos – Abef.

foi 8% inferior à receita de 1985), tendo em vista o preço médio, tanto das aves em pedaços como das inteiras, ter apresentado elevação.

O aspecto mais grave, porém, diz respeito à perda de mercados conquistados. Em primeiro lugar porque, além de o comércio mundial de carne de aves não apresentar nenhuma ingerência institucional, a agressiva política de subsídios praticada pela **França** representa um permanente obstáculo à conquista de novos mercados pelo produtor brasileiro. Em segundo lugar, têm sido cada vez mais difíceis as vendas brasileiras de aves inteiras aos mercados compradores tradicionais, localizados no Oriente Médio, que tentam diminuir sua dependência de compras externas. No caso da Arábia Saudita em especial (maior comprador de frangos inteiros do **Brasil**), vem aumentando a produção local, enquanto o consumo interno (38 kg/*per capita*/ano, em 1986), cresce, devido à proibição do consumo de carne suína e aos altos preços das carnes de boi e de carneiro (ver Quadro 02).

Não é por outro motivo que se vêm expandindo as exportações brasileiras de aves em pedaços, produto adquirido basicamente pelos países da **Europa** e pelo **Japão**. Além dos preços bem mais elevados do que os da ave inteira (65% em 1986), é muito mais lucrativo ao exportador comercializar aves em pedaços, tendo em vista o baixo custo da mão-de-obra. Nesse particular, o **Brasil** leva imensa vantagem sobre a **França**, cujas vendas de cortes de aves representaram somente 2% das vendas de carcaças inteiras, tanto em 1985 quanto em 1986 (ver Quadros 03 e 04).



QUADRO 04 – FRANÇA – EXPORTAÇÕES DE CARNE DE AVES INTEIRAS E EM PEDAÇOS – JANEIRO A NOVEMBRO DE 1985 E 1986
(em t)

DESTINO	AVES INTEIRAS		AVES EM PEDAÇOS	
	1985	1986	1985	1986
CEE (12 países)	34.288	63.773	3.076	2.788
Europa (restante)	10.199	31.903	107	98
África	10.270	10.942	30	252
Américas	5.335	6.734	5	1
Orientes Médio e Próximo	150.414	112.593	2	–
Ásia	1.066	1.983	875	2.016
Oceania	1	-	–	–
Dept^{os} e Territórios de Ultramar	14.905	15.078	112	145
Outros	109	172	–	–
TOTAL	226.587	243.178	4.207	5.300

FONTE – Centre Français du Commerce Extérieur.

QUADRO 05 – CEE – SUBSÍDIOS ÀS EXPORTAÇÕES[1] DE CARNE DE AVES
(em ECU[2]/100 kg)

ITEM	25/10/85	30/01/86	29/04/86	24/07/86
Aves inteiras				
galinhas	18	24	26	31
patos	27	36	39	46
perus	18	24	26	31
Cortes com osso				
Metades ou 1/4				
galinhas	21	28	32	36
perus	19	25	27	32
asas inteiras	15	20	22	26
Peito				
perus	29	38	41	49
outros	29	38	41	49
Coxas e cortes de coxas				
Perus				
Pernas e cortes de pernas	14	19	21	25
Outros	26	34	37	44
Outras aves	27	36	39	46

FONTE – USDA.
1 Para exportação a países que não os da CEE e não os EUA;
2 1 ECU = US$ 0,896 em 07/01/86
1 ECU = US$ 1,035 em 03/09/86

Vale observar, em especial, que persiste a tendência ao aumento dos subsídios às exportações de carne de aves por parte da **Comunidade Econômica Européia**. Em fins de julho do ano passado, os subsídios às exportações de aves inteiras foram, em média, reajustados 71% comparativamente aos níveis de nove meses antes, equivalendo a US$ 277,80/t no caso específico das vendas de galinhas[2] (ver Quadro 05).

2 Não se tem conhecimento do nível atual de subsídios, que devem ter tido dois reajustes trimestrais desde então.

ARROZ

O estoque remanescente da safra 1985/86 supera qualquer outro, anterior. Aguarda-se nova grande safra e se pode supor que haverá dificuldades na comercialização.

A delicada situação criada pela conjugação de uma grande safra com as elevadas importações, no ano passado, (ver Quadro 06) dificilmente será superada proximamente. O governo federal liberou a comercialização em meados de março, e os preços subiram (35%), possivelmente tanto quanto se tivessem sido reajustados pela **Sunab**. No atacado de São Paulo, o **agulhinha tipo 1** chegou aos Cz$ 400,00/50 kg, dois dias após a liberação, com uma alta de 17,7%. A majoração no mercado atacadista foi de 35,5%.

Após prolongada estagnação, os negócios voltaram a crescer, no início do ano, embora ainda tolhidos pelo tabelamento no varejo. Logo nas primeiras semanas de janeiro, produtores gaúchos solicitaram reajuste do preço mínimo e **realinhamento** no varejo. Há muito, reclamavam estarem os custos de produção inviabilizando os preços oficiais. Estes passaram para Cz$ 175,50/50 kg, no caso do arroz **irrigado** e Cz$ 180,00/60 kg, no do **sequeiro**, a serem corrigidos mensal-



mente pelo **IPP**, até junho. Conforme a **CFP**, são os mais elevados preços mínimos dos últimos sete anos, à exceção dos que vigoraram na safra 1984/85, quando o governo efetuou grandes compras (ver Gráfico 01). Ocorreu, no entanto, que a rápida subida das taxas de juros, no trimestre, e do custo de transporte, trouxeram novos e maiores problemas.

Durante o mês de janeiro, as cotações no atacado mostraram ligeira recuperação. Em 26/01, o **Banco Central** prorrogou, até o fim do mês, o **EGF**, "com a substituição da garantia por títulos até a mesma data e prazo de, no máximo, quarenta dias. O produto depositado no Rio Grande do Sul está excluído da medida" (ver **Agroanalysis**, volume 11, nº 2, seção **Preceitos de Política Agrícola**). Houve menor oferta do arroz importado, mas continuou a incerteza decorrente da instabilidade geral da economia e da perspectiva de mais uma boa safra, agravada com a falta de capacidade armazenadora.

O governo, em 10/02, liberou as exportações de arroz e de milho. Contudo, para evitar os erros do ano passado, em sentido inverso, decidiu que só definirá a maneira como se darão estas operações após melhor avaliação da safra ora em colheita. Embora haja propostas de venda de arroz de **sequeiro** para países africanos, até o momento apenas o **Blue Belle tipo 1**, gaúcho, é competitivo no mercado internacional, o que faz supor que as exportações sairão dos estoques governamentais e serão subsidiadas.

Segundo a **CFP**, na hipótese de es-

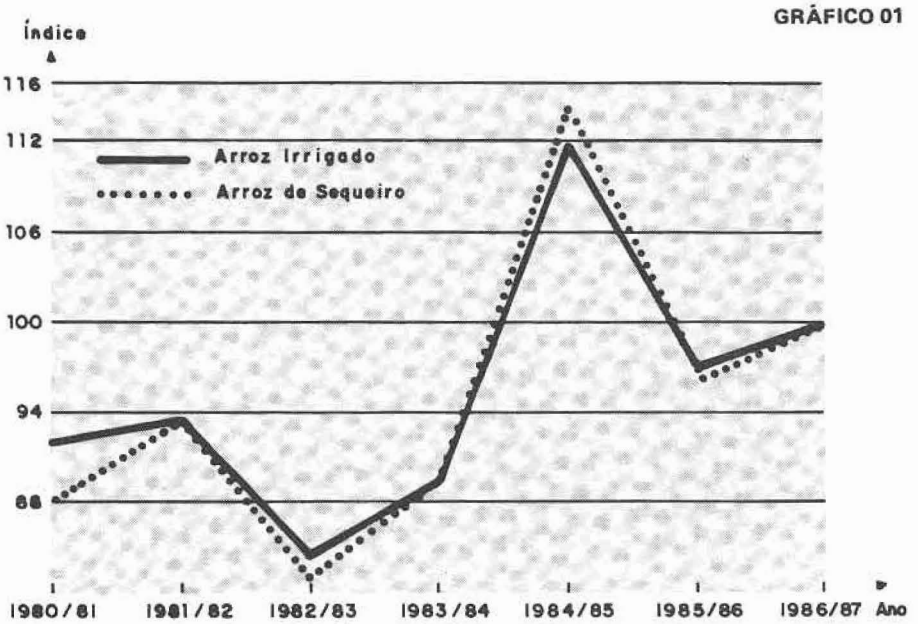
QUADRO 06 – ARROZ EM CASCA – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA – 1979/80 A 1986/87 – mil t

ESPECIFICAÇÃO	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87
Estoque inicial[1]	756,0	2.040,0	1.404,0	1.644,0	1.181,0	1.063	806,0	2.254,0
Produção	9.638,0	8.228,0	9.155,0	8.224,0	8.991,0	8.760,0	9.813,0	10.648,4
Importação	348,0	209,0	203,0	465,0	91,0	643,0	1.875,0	400,0
Oferta total	10.742,0	10.477,0	10.762,0	10.333,0	10.263,0	10.466,0	12.494,0	13.302,4
Consumo	8.700,0	9.00,0	9.100,0	9.150,0	9.200,0	9.660,0	10.240,0	10.750,0
Excedente	2.042,0	1.477,0	1.662,0	1.183,0	1.063,0	806,0	2.254,0	2.552,4
Exportação	2,0	73,0	18,0	2,0	0,0	2.254,0	0,0	0,0
Estoque final	2.040,0	1.404,0	1.644,0	1.181,0	1.063,0	806,0	2.254,0	2.552,4

FONTE – CFP.
[1] **Em 1º/03.**

ARROZ EM CASCA – BRASIL – PREÇOS MÍNIMOS REAIS – 1980/81 A 1986/87 (base janeiro de 1987 = 100)

GRÁFICO 01



FONTE – CFP.

está estimada 17% abaixo da do ano passado e em algumas outras áreas produtoras), a safra, em linhas gerais, vai bem, é possível que, mais uma vez, o mercado interno arque com o ônus da abundância, derivado da inexistência de políticas de longo prazo.

No caso da produção arrozeira, a vulnerabilidade da produção de **sequeiro**, amplamente majoritária no país, de há muito levou diversas instituições a proporem medidas de apoio aos produtores. A questão da comercialização, hoje, é crucial.

No ano que passou, o Brasil foi o maior importador mundial, colheu-se uma safra recorde e o Estado deteve grande parte da produção. Ao que tudo indica, 1987 será, também, bastante difícil, não se podendo permitir que problemas de mercado prejudiquem o próximo plantio, após duas boas safras consecutivas.

cassez de recursos para os **Empréstimos do Governo Federal**, poderá haver antecipação das vendas externas, pois a safra deste ano seguramente será abundante (ver Quadro 07), e o mercado interno novamente enfrentará pressão baixista.

As mais recentes estimativas da produção são bastante elevadas. As notícias de quebra das lavouras gaúchas parecem ter sido exageradas, pois o frio extemporâneo só afetou o **arroz do tarde**, cerca de 30% do plantio, e de forma bastante diferenciada, de acordo com a **CFP**. Em fevereiro, o **IBGE** estimou a produção do Rio Grande do Sul em 3,27 milhões de t, 9,3% mais do que a da safra 1985/86.

Talvez a colheita maranhense apresente, de fato, um desfalque importante, pois a estiagem prejudicou cerca de 30% dos arrozais (a estimativa do **IBGE**, é 16% menor do que a do mês anterior, com 1,2 milhão de t). No entanto, frustrações de safra são rotineiras no Maranhão, em razão da rusticidade da maior parte das lavouras. Como, em quase todos os estados (a estiagem também vem provocando perdas em Minas Gerais, cuja produção

QUADRO 07 – ARROZ EM CASCA – PRODUÇÃO[1] DA SAFRA 1986/87

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO FÍSICO (kg/ha)
Rio Grande do Sul	782.108	3.266.456	4.176
Goiás	1.258.090	1.376.350	1.094
Maranhão	989.184	1.198.596	1.212
Mato Grosso	719.361	1.031.379	1.434
Minas Gerais	569.582	788.824	1.384
São Paulo	301.200	536.100	1.780
Santa Catarina	152.082	522.162	3.433
Mato Grosso do Sul	370.000	481.000	1.300
Paraná	207.000	370.000	1.787
Rondônia	200.027	337.102	1.685
Piauí	251.578	301.894	1.200
Ceará	75.599	188.584	2.495
Rio de Janeiro	35.096	119.326	3.400
Espírito Santo	39.097	117.627	3.009
Pará	83.897	102.731	1.224
Pernambuco	11.500	42.550	3.700
Acre	28.445	41.726	1.467
Sergipe	10.157	29.943	2.948
Paraíba	13.878	27.628	1.991
Bahia	86.708	26.359	304
Alagoas	7.195	20.975	2.915
Distrito Federal	13.000	13.000	1.000
Amazonas	2.428	3.122	1.286
Amapá	1.320	1.686	1.277
BRASIL	6.208.532	10.945.120	1.763

FONTE – IBGE (fevereiro).

[1] Não há ainda informações referentes ao Rio Grande do Norte e Roraima.

AVEIA

No ano passado a área de plantio foi reduzida 9%, revertendo o processo de ampliação da lavoura. Até o momento, conhece-se o **Valor Básico de Custeio** *para o plantio da próxima safra, mas não se tem idéia do comportamento dos agricultores.*

A produção de aveia preta, utilizada como forrageira de inverno ou adubação verde, tem-se expandido nos últimos anos, associada ao comportamento da pecuária leiteira. Por se tratar de gramínea cultivada no inverno, possibilita ao produtor rural usar maquinaria e dispor de mão-de-obra durante quase o ano todo (à semelhança do trigo). Além disso, permite produção de forragem de boa qualidade na entressafra e estabilidade na produção de leite, durante o ano. O plantio se dá, tradicionalmente, nos estados da região Sul, mas, nos últimos anos, tem ganho área no Centro-Oeste.

Duas outras espécies (branca ou comum e amarela) são utilizadas no processamento para o consumo humano e no fabrico de rações para animais, especialmente cavalos de raça. Para efeitos estatísticos, o **IBGE** leva em conta apenas estas duas.

No período 1975-85, a produção brasileira de aveia em grão experimentou crescimento médio de 12% a.a., motivado, principalmente, pelos incentivos governamentais e pela atuação das indústrias alimentícias que a utilizam como matéria-prima. Em face de seu alto teor proteínico e fácil digestão, a aveia é muito utilizada na alimentação infantil. Não obstante, a produção brasileira não chega a suprir as necessidades e o país tem importado aveia da **Argentina, Uruguai** e, eventualmente, do **Chile** (ver Quadro 08).

Em 1986, reverteu-se o quadro de incremento da área plantada, que decresceu 9%, ficando em 129 mil ha. A produção foi de 121 mil t e o rendimento médio, de 930 kg/ha. Motivaram essa redução os entraves à comercialização na safra anterior, quando, apesar do bom rendimento alcançado, o grão não atingiu a qualidade necessária às indústrias alimentícias e a exigida pelo governo para sua aquisição. Somam-se a isto os bons resultados alcançados pelo trigo, na safra anterior, a política governamental mais favorável à triticultura, o atraso na divulgação do preço mínimo e a liberação de apenas 40% do **VBC**, conforme o produtor.

QUADRO 08 – BRASIL – IMPORTAÇÃO DE AVEIA – 1975-86

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR[1] (US$ 1000)
1975	19.867	3.305
1976	25.350	4.759
1977	22.805	3.347
1978	33.109	4.640
1979	39.633	5.238
1980	24.044	4.500
1981	18.160	4.582
1982	4.054	801
1983	17.590	2.789
1984	10.700	1.865
1985	4.738	501
1986[2]	14.977	1.857

FONTE – Cacex.
[1] Preço Cif;
[2] importação autorizada.

A redução na área colhida ocorreu em Santa Catarina e no Paraná. Neste último, forte incidência de **ferrugem** comprometeu mais uma vez a qualidade final e o rendimento físico foi afetado pela longa temporada com reduzida precipitação. A baixa produtividade das plantações sugere maior desestímulo para a cultura neste estado durante o próximo plantio de inverno. No Rio Grande do Sul, maior estado produtor, houve um insignificante incremento na área cultivada no ano passado e a lavoura desenvolveu-se sem maiores problemas.

Já a comercialização transcorreu normalmente, com preços superiores ao fixado pelo governo (Cz$ 1,90/kg para a aveia **tipo 2**, classe **branca** a granel). No Paraná, o preço médio de comercialização foi de Cz$ 3,00/kg em dezembro e janeiro a Cz$ 5,35/kg em março, mês em que as indústrias alimentícias adquiriram o grão. No Rio Grande do Sul, as vendas ocorreram ao preço médio de Cz$ 4,30/kg entre outubro e dezembro e, em fevereiro, alcançou-se Cz$ 5,39/kg. A parte da produção que ainda não foi adquirida pelos criadores de cavalos e pelas indústrias alimentícias deverá ficar retida nas propriedades, para a alimentação animal.

Ainda não se tem uma expectativa definida quanto à safra de 1987. Até o momento, o governo federal definiu apenas o **Valor Básico de Custeio** para as culturas de inverno. Não se espera, entretanto, que se repitam as importações de 1986, devido às dificuldades impostas pelo governo, o que poderá estimular o produtor a incrementar o plantio, uma vez que a aveia mantém um nível de demanda interna estável. Convém notar que 1986 foi um ano atípico, em termos de consumo.

FEIJÃO

Oscilações da produção sempre dificultam o pleno atendimento da demanda. Atualmente, a seca na região de Irecê vem provocando perdas elevadas na primeira safra da Bahia e as cotações começaram a subir, também devido ao novo preço mínimo. Prevê-se escassez até o final de abril.

O consumo do feijão está estagnado, há alguns anos (ver **Agroanalysis**, vol. 10, nº 10, outubro de 1986). Em 1986, quando se podia esperar que aumentasse, situou-se em 2,4 milhões de t, ou seja, o correspondente à safra de 1980/81.

Normalmente, porém, o que acontece é a impossibilidade de se atender plenamente a demanda, em vista das grandes oscilações da produção. Para 1987, parece que esta será a situação do mercado. A **CFP** estima que o consumo poderá expandir-se até 8%, chegando a 2,6 milhões de t e teme que a oferta interna será insuficiente. Neste caso, dificilmente poderá ser complementada com produto importado.

A mais recente estimativa da safra **das águas**, do **IBGE**, de 1,5 milhão de t, ainda não incorpora as perdas da primeira safra da Bahia, bastante elevadas. Segundo a **Cepa**, a área plantada, de 433 mil ha, teria um potencial de produção de 312 mil t, no entanto, estão sendo esperadas apenas 36 mil t, com um rendimento de 83 kg/ha, superior somente ao da primeira safra de 1983/84 (ver Quadro 09).

A seca na região de Irecê também afetou outras lavouras mais resistentes; as plantações de mamona poderiam produzir mais de 172 mil t, mas estão previstas 53 mil t; as de milho, teriam condições de produzir 343 mil t, mas se esperam 72 mil t. No início de março, a estiagem não dava sinais de arrefecimento e atingia maiores áreas, afetando, também, o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Diante deste quadro, as cotações do feijão começaram a subir, amparadas, também, no novo preço mínimo de Cz$ 429, vigente a partir de 1º/03, e nos baixos estoques que, em 1º/11, eram de 260 mil t (50 mil t de feijão preto). No mercado atacadista de São Paulo, a saca de 60 kg estava cotada entre Cz$ 480 e Cz$ 490, antes do Carnaval. Na primeira semana de março, chegou aos Cz$ 600, preço incompatível com a tabela então vigente no varejo. Em 17/03, o governo liberou a comercialização do arroz e do feijão e, prontamente, a **bolsinha** de São Paulo (atacado **informal**) registrou preços de até Cz$ 700,00/60 kg, para o **carioquinha** novo. Como o preço mínimo será corrigido até junho pelo **Índice de Preços Pagos** e prevê-se escassez de feijão até o final de abril, quando da entrada da segunda safra, sabia-se que não seria tranqüila a retirada da tabela.

O abastecimento só não será prejudicado se a safra **da seca**, atualmente em fase de plantio, for bem sucedida. Contudo, as primeiras informações dão conta de menor área plantada em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, devido à má comercialização, aos preços da safra **das águas** e à indefinição da política agrícola.

Na Bahia, a **segunda** safra começa a ser plantada em abril ou maio, mas nada está definido, até o momento. Embora tenha uma área menor, freqüentemente se equipara à **primeira** e é incomum ocorrerem duas frustrações no mesmo ano (ver Quadro 09).

Ao que parece, porém, a atual recuperação do mercado será um estímulo apenas ao plantio da **terceira** safra, cultivada principalmente em São Paulo, cuja semeadura se dá a partir do mês de julho.

QUADRO 09 – BAHIA – FEIJÃO – PRODUÇÃO DAS SAFRAS 1975/76 A 1985/86

ANO-SAFRA	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO FÍSICO (kg/ha)	
	1ª safra	2ª safra	1ª safra	2ª safra	1ª safra	2ª safra
1975/76	167.300	85.000	45.171	28.050	270	330
1976/77	154.000	160.000	55.540	60.800	360	380
1977/78	230.000	217.700	96.600	91.434	420	420
1978/79	189.900	185.800	102.546	78.036	540	420
1979/80	310.000	136.872	223.200	41.883	720	306
1980/81	392.134	231.394	118.816	105.284	303	455
1981/82	463.773	225.926	68.638	155.889	148	690
1982/83	332.826	105.116	64.901	35.424	195	337
1983/84	259.973	193.406	16.388	91.288	63	472
1984/85	356.076	251.965	199.758	93.478	561	371
1985/86	385.057	251.477	226.414	96.567	588	384

FONTE – IBGE.

MILHO · PANORAMA MUNDIAL

O mercado internacional, visto pela ótica dos exportadores, não deixa margem a qualquer otimismo. Para os compradores, a conjuntura é bastante favorável.

Os **EUA** respondem por mais de 40% da produção mundial de milho e por 60%, ou mais, do total exportado mundialmente. Como a **URSS** e o **Japão** destacam-se entre os maiores compradores, o mercado internacional varia de acordo com as tendências observadas nestes três países.

No **Japão**, seu território limitado e a elevada ocupação demográfica são entraves a eventuais expansões da área utilizada pela agricultura. No caso do milho, em especial, o país importa praticamente a totalidade do que necessita, constituindo-se em presença constante no mercado.

A situação da **URSS** é diferente. O alto consumo de alimentos, derivado da grande população e das características de seu sistema econômico, tem pressionado a produção agrícola e, a despeito dos esforços governamentais para diminuir sua dependência de compras externas de alimentos, o país ainda é o segundo maior importador de milho. Conseqüentemente, as cotações dos cereais norte-americanos apresentam alta vulnerabilidade, diante de eventuais variações dos resultados das safras soviéticas, visto serem os **EUA** seu maior supridor desses produtos.

Os soviéticos vêm procurando evitar a repetição do ocorrido no ano-safra 1984/85, quando as aquisições de milho atingiram o patamar inédito de 20,3 milhões de t (72% das quais originárias dos **EUA**), devido ao nível baixo da produção (resultado do inverno rigoroso) e ao avanço de 50% do consumo interno, comparativamente ao ano-safra precedente.

QUADRO 10 - EUA – QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE MILHO ANOS FISCAIS[1] 1985 E 1986

ANO	QUANTIDADE (mil t)	VALOR (US$ 1000)	PREÇO MÉDIO (US$/t)
1985	46.276	5.771.000	125
1986	31.136	3.293.000	106

FONTE – USDA.
[1] Outubro do ano precedente a setembro do ano mencionado.

Em 1985/86, quando a demanda interna pelo cereal retornou ao nível **normal** de 24,4 milhões de t, a **URSS** importou 9,7 milhões de t, ou seja, 52% a menos do que em 1984/85, fato que prejudicou a balança comercial norte-americana (ver Quadros 10 e 11). Naquele período, os **EUA** defrontaram-se com situação de alerta quanto aos estoques iniciais. Embora 31% inferiores ao recorde de 89,5 milhões de t verificados em 1983/84 (em 1982/83, o mercado também se ressentiu da ampla oferta), eram 64% maiores do que os de 1984/85. Simultaneamente, o consumo mundial

QUADRO 11 – EUA – EXPORTAÇÃO DE MILHO POR PRINCIPAIS PAÍSES – ANOS COMERCIAIS[1] 1983/84, 1984/85, 1985/86 E 1986/87 (em mil t)

DESTINO	1983/84	1984/85	TOTAL	1985/86 até 23/10/85	1986/87 até 23/10/86
CEE (12 países)	8.256	5.838	3.569	1.802	439
Europa Ocidental (menos CEE)	187	88	26	10	3
Europa Oriental	684	570	1.003	618	295
URSS	6.122	14.560	6.376	3.370	0
China	0	0	1	0	33
Japão	14.165	11.632	8.922	5.287	4.542
Formosa	3.013	2.968	2.748	1.658	1.885
Coréia	3.018	1.467	1.239	805	1.005
Egito	1.240	1.348	1.539	731	901
Canadá	260	427	319	52	210
México	2.908	1.668	1.567	955	746
Brasil	131	209	1.062	400	899
Outros	8.265	6.591	4.182	2.066	3.273
TOTAL	48.249	47.366	31.496	17.754	13.242

FONTE – USDA.
[1] Setembro a agosto.

(que havia crescido quase 6% entre 1983/84 e 1984/85) apresentou tendência à retração, basicamente devido à diminuição de 26% observada no consumo da **URSS**. Por último, a produção dos **EUA** alcançava o recorde histórico de 225,2 milhões de t, enquanto o consumo interno expandia-se marginalmente, em comparação com o observado em 1984/85.

Em maio de 1986, então, de acordo com a avaliação do **USDA**, os **EUA** viram-se na iminência de começarem o ano-safra 1986/87 com o inédito estoque inicial da ordem de 101,2 milhões de t. Sua produção estava prevista em 192,4 milhões de t, 15% a menos do que a do ano-safra anterior.

O panorama não era animador, muito embora alguns especialistas ainda imaginassem, no início do ano-safra, que a conjugação dos baixos preços esperados e das fracas cotações do petróleo poderia levar ao aumento das exportações, cuja disponibilidade para vendas crescia à medida que, internamente, diminuíam as expectativas de consumo. Isso porque a tendência apresentada em anos recentes, nos **EUA**, de aumento do consumo humano de produtos derivados do processamento do milho, acarretou o crescimento da oferta de subprodutos normalmente destinados ao arraçoamento animal. Simultaneamente, por força de programa agrícola implementado pelo governo, aumentou-se a utilização de forrageiras na alimentação do gado de corte e diminuiu-se o rebanho leiteiro[1], ao mesmo tempo que a avicultura (cuja conversão alimentar é mais eficiente) passou a ter representação significativa no mercado de carne dos **EUA**.

1 O chamado **Dairy Termination Program** (de 1º /04/86 a 1º /10/87) tem como objetivo forçar a diminuição da oferta norte-americana de leite, que, em 1985, alcançou o recorde histórico de 65,2 milhões de t, forçando queda de 5% no preço médio recebido pelos pecuaristas naquele ano e com reflexos negativos ainda em 1986.

Não foi por outro motivo que, em agosto, o **USDA** previu que o consumo interno, em 1986/87, deveria permanecer muito próximo ao do ano-safra anterior, uma vez que a previsão de que o consumo de rações do segmento avícola deveria aumentar em 5% a 6% foi amplamente eclipsada pela menor demanda dos outros rebanhos. Nada alentadora era, também, a expectativa do mesmo órgão de que o aumento da utilização de milho para alimentação humana, como sementes e na transformação industrial, fosse de apenas 2% (abaixo da verificada no início da década), já que se vêm esgotando as taxas de expansão do mercado de xarope de milho (utilizado em refrigerantes e alguns alimentos). Além do mais, os baixos preços do petróleo e os problemas de qualidade apresentados pelo **gasohol** frustraram o aumento esperado na demanda por **etanol**.

Revendo as previsões de produção, o **USDA** constatou um quadro ainda mais grave. Em meados de novembro, a estimativa da safra dos **EUA** passou a 208,9 milhões de t (9% a mais do que em maio) e a mundial, para 479 milhões de t (3% a mais). Como, nesse ínterim, o consumo mundial previsto caiu mais de 2%, piorou o quadro relativo aos estoques finais. No caso dos **EUA**, atingiram novo recorde, chegando a 142,6 milhões de t, ou seja, quase 70% da quantidade colhida. No nível mundial, elevaram-se ao patamar também inédito de 163,1 milhões de t.

Para a **URSS**, o **USDA** previu a produção de milho em 16,5 milhões de t, em novembro último, com um aumento de 15% sobre o colhido em 1985/86. Como a demanda interna deverá ficar estável, as necessidades de importação foram previstas em 8,8 milhões de t, ou 9% abaixo do adquirido no ano-safra precedente. Mais recentemente, porém, foram revistos estes números, devido a informações procedentes de Moscou, dando conta de um desempenho das safras ainda melhor. A oferta dos chamados **coarse grains** (de que o milho representa cerca de 15%) foi elevada em 8%, atingindo 108 milhões de t e diminuindo em 3 milhões de t as importações totais previstas.

Em conseqüência, as deficiências da capacidade de estocagem norte-americana ficaram mais evidentes. Afinal, em 1º/09/86, os estoques totais de milho no ano comercial 1985/86 dos **EUA** (1º/09/85 a 31/08/86) somavam 102,6 milhões de t, nível recorde, que ultrapassava em 145% o do ano anterior na mesma data e em 15% o até então recorde registrado, relativo à posição em 1º/09 do ano comercial 1982/83 (ver Quadro 12).

O programa de estocagem lançado pelo governo **Reagan** em agosto de 1986, por sua vez, não agradou inteiramente aos produtores. De acordo com o programa, os agricultores colocariam sua safra sob o regime normal de empréstimo governamental de nove meses[2], guardando o produto na propriedade sob condições precárias até 120 dias antes de encontrarem armazenagem adequada. No momento em que o grão fosse apresentado à **Commodity Credit Corporation** para a quitação do débito, o governo pagar-lhes-ia prêmio de US¢ 5/**bushel** sobre o valor do empréstimo, a título de compensação pela deterioração e perda de peso do produto.

As reclamações quanto a esse sistema prendem-se à expectativa de que, dependendo das condições meteorológicas observadas no **Cinturão do Milho**, a qualidade do produto ao longo desses 120 dias sofra deterioração mais severa do que se possa antecipar. Além disso, permanece a dúvida quanto ao que fazer, caso não se encontre, nesse período, a capacidade de armazenagem requerida.

Os preços, obviamente, refletem esta situação. A tonelada do milho norte-americano nº 3 **Yellow** foi cotada, **Cif Rotterdam**, em 04/11/86, em US$ 84,00 patamar 29% inferior ao da média de novembro de 1985. Por seu

2 Equivalente ao programa de **EGF** no Brasil.

QUADRO 12 – EUA – ESTOQUES DE MILHO NO INÍCIO DE CADA TRIMESTRE – ANOS COMERCIAIS[1] 1975/76 A 1985/86
(Em milhões de t)

ANO COMERCIAL	1º/12	1º/03	1º/06	1º/09
1975/76	126,4	85,7	47,5	16,1
1976/77	136,8	97,7	60,2	28,8
1977/78	154,6	113,8	72,7	36,5
1978/79	176,0	130,8	83,5	43,4
1979/80	192,9	141,1	92,6	51,7
1980/81	167,5	118,4	70,4	35,4
1981/82	193,1	146,5	98,6	64,4
1982/83	226,2	175,2	125,1	89,5
1983/84	143,6	98,2	54,5	25,6
1984/85	168,4	117,4	72,0	41,9
1985/86	218,8	167,3	126,7	102,6

FONTE – USDA.
1 De 1º/09 a 31/08.

turno, o preço **Fob** de exportação, na mesma data, não ultrapassava US$ 75/t, 31% a menos do que a média de novembro do ano anterior.

No nível do produtor, dentro do **Programa do Milho** para 1986, o preço médio encontrava-se, em meados de novembro, entre o mínimo de US$ 1,55/**bushel** e o máximo de US$ 1,80/**bushel** (médias de US$ 2,35/**bushel** em 1985 e de US$ 2,62/**bushel** em 1984). O preço médio equivalente de exportação, por sua vez, variava entre US$ 89 e US$ 98/t, contra as médias de US$ 110/t em 1985 e US$ 121/t em 1984.

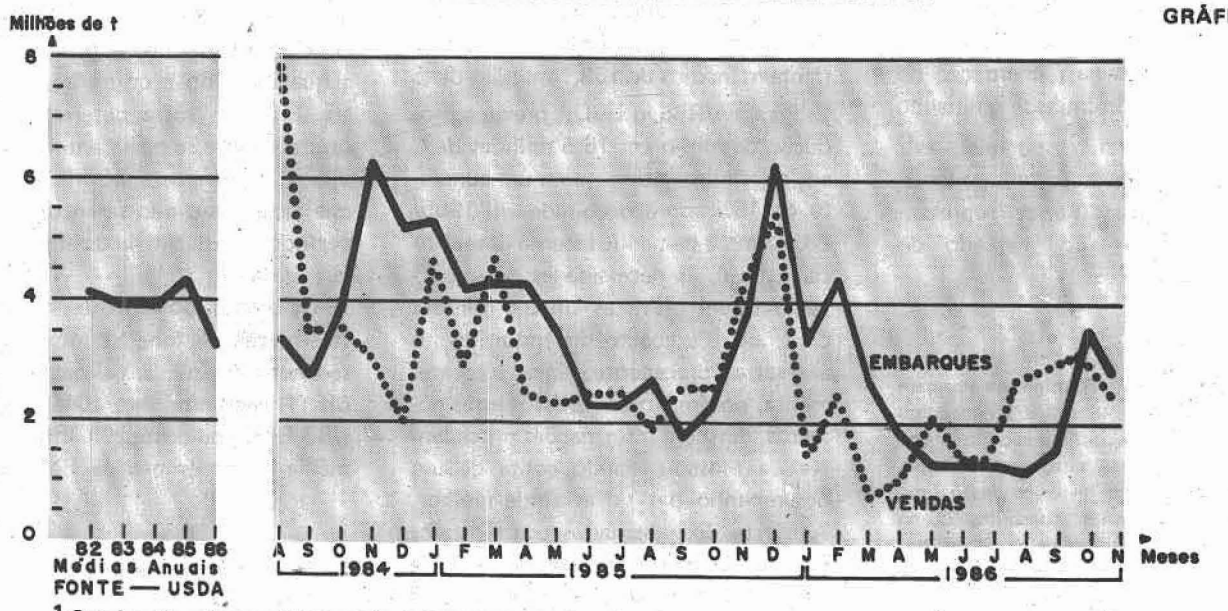
Tendo em vista este panorama, não há como encarar com otimismo o comércio de milho a curto e médio prazos, ao menos pela ótica dos exportadores (ver Gráfico 02). É óbvio, que, pelo lado dos compradores, a situação não poderia ser mais favorável, como foi o caso do **Brasil** durante o ano passado: necessitando importar o grão, encontrou uma conjuntura de boa oferta, com preços dos mais satisfatórios, que lhe garantiu fluxo constante de milho, a preços reduzidos.

Além do mais, as análises dos especialistas em comércio internacional de grãos mostram uma tendência cada vez maior à regionalização, trazendo prejuízos aos tradicionais exportadores, como os **EUA**. Paralelamente, parece inevitável que, a não ser que ocorram seguidas catástrofes nas áreas produtoras (ou na **URSS**, de modo a aumentar muito suas necessidades de compras), que consigam **esvaziar** o grande estoque mundial de cereais hoje existente, os preços internacionais e os preços internos venham a ter cada vez menos relação entre si, tendo em vista políticas governamentais de intervenção para garantir a colocação da enorme oferta existente tanto nos **EUA**, como na **Europa Ocidental**.

Finalmente, embora as distorções no comércio mundial estejam custando, segundo o **Banco Mundial**, mais de US$ 100 bilhões anuais aos contribuintes e consumidores dos países filiados à **OCDE**, além de haver poucas chances de a **CEE** e os **EUA** se unirem para diminuir a oferta mundial, permanece a dúvida de por quanto tempo a **CEE** poderá manter seus pesados subsídios às exportações de alimentos.

EUA – EMBARQUES E VENDAS MÉDIAS MENSAIS ANUAIS DE MILHO, NOS ANOS FISCAIS[1] 1982 A 1986 (PROJEÇÃO) E MÉDIAS MENSAIS DE AGOSTO DE 1984 A NOVEMBRO DE 1986

GRÁFICO 02



FONTE — USDA

1 Outubro do ano precedente a setembro do ano mencionado.

UVA

No ano passado, a estiagem reduziu a colheita, mas beneficiou a qualidade para a vinificação. Na atual safra, as chuvas provocaram perda na qualidade e a produção não será grande. Há problemas no mercado do vinho

A safra de 1987 deverá superar a anterior em quantidade (ver Quadro 13), mas está deixando a desejar, no que se refere à qualidade necessária à vinificação. A produção da serra gaúcha foi bastante afetada pelo clima quente e úmido do último trimestre do ano e, segundo a estimativa de fevereiro, do **IBGE**, a safra do Rio Grande do Sul deverá ser 7,5% menor do que a do ano passado (também frustrada, mas pela estiagem), atingindo 363 mil t (inclui as uvas de mesa).

O desfalque quantitativo era previsível há vários meses, mas as perdas na qualidade das frutas só se delinearam no fim do ano. Diante da expectativa de menor disponibilidade, cantinas e grandes vinícolas competiram pela uva, o que elevou sobremaneira os preços. De acordo com a **Uepae** da **Embrapa**, de **Bento Gonçalves**, a **corrida** à matéria-prima fez com que se pagasse mais do dobro do preço mínimo oficial, pois as estimativas do que se disporá, efetivamente, de vinífera, oscilam entre 210 mil t e 260 mil t, o que poderá reduzir a produção de vinhos, segundo fontes da área, a aproximadamente 160 milhões de litros.

O **aquecimento** do mercado na área produtora tradicional do estado também foi atribuído às grandes compras ali efetuadas, pela primeira vez, pela **Almadén**. Localizada em Santana do Livramento, área nova para a atividade, próxima à fronteira com o Uruguai, normalmente a empresa complementa a produção de seus vinhedos com a de outras origens. A maior parte de seus parreirais ainda está em formação. Segundo a **Embrapa**, são 600 ha a 650 ha, sendo que os vinhedos mais antigos têm entre cinco e seis anos, iniciando há pouco sua fase de exploração econômica. Nesta região, o clima não foi tão danoso, mas, mesmo assim, houve perdas.

Em São Paulo, segundo maior estado produtor, a situação foi diferente e as plantações tiveram bom desenvolvimento. Conforme as mais recentes estimativas do **IBGE**, a área com pés em produção é de 7.662 ha de uvas para mesa e 1.252 ha de uvas para a indústria. A produção das primeiras está calculada em 83.992 t e a das demais em 12,9 mil t. O rendimento físico médio é semelhante ao da safra do ano passado (10.870 kg/ha), com 10.962 kg/ha nas uvas para mesa e 10.306 kg/ha nas destinadas às indústrias.

Santa Catarina registrou pequeno aumento no plantio e no rendimento físico médio, o oposto do ocorrido no Paraná, em que a atividade não tem grande expressão.

Na região produtora de Pernambuco, a configuração da vitivinicultura difere bastante da dos demais estados. Lá, existe a possibilidade de se colherem três safras anuais, mas, em razão do desgaste das plantas, os produtores normalmente colhem duas vezes, podendo **programar** o período desejado para a colheita, uma vez que o cultivo é irrigado. Segundo a **Codevasf (Cia. de Desenvolvimento do Vale do São Francisco)**, só recentemente foram introduzidas variedades vinífera na região, onde predomina a uva **Itália**. Apenas duas empresas compram a uva vinificável e o negócio com as uvas de mesa vem sendo uma opção rentável, tendo alcançado, em março, preços entre Cz$ 150 e Cz$ 180 pela caixa de 8 kg.

No que se refere à comercialização dos vinhos, a questão das importações continua suscitando alguma controvérsia, devendo-se ter em conta, porém, que a atual situação da economia poderá impedi-las. A menor oferta de uva é um fato, mas não se sabe, ainda, como se comportará o consumo, passada a estação quente. Há pouco mais de um ano, os preços dos vi-

QUADRO 13 – UVA – PRODUÇÃO[1] DA SAFRA DE 1987

ESTADO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO FÍSICO (kg/ha)	
	1986	1987	1986	1987	1986	1987
Rio Grande do Sul	39.828	39.849	392.798	363.331	9.863	9.118
São Paulo	8.914	...	96.895	...	10.870	...
Santa Catarina	5.815	5.820	65.154	66.930	11.204	11.500
Paraná	2.230	2.100	21.927	18.900	9.833	9.000
Pernambuco	751	800	10.996	11.680	14.642	14.600

FONTE – IBGE (fevereiro).
[1]Não há, ainda, informações consolidadas referentes a São Paulo.

nhos foram **congelados**, justamente nesta época, quando o varejo mantinha preços promocionais, o que transtornou o mercado, fazendo com que, até maio, deixassem de ser vendidos cerca de 10 milhões de litros, segundo a **Uvibra**.

Este ano, a **Federação das Cooperativas Vinícolas** e a **Uvibra** vêm registrando queda do consumo (que se expandiu em nível inesperado, no ano passado) desde a forte elevação da alíquota do **IPI** (passou a 50%) promovida em fins de novembro. A faixa dos chamados **vinhos populares** foi a primeira a se ressentir, também em função do retorno das dificuldades com a expectativa inflacionária e não se pode avaliar em que medida os vinhos mais caros serão afetados. O mercado conheceu, nos últimos anos, com aceleração no ano passado, um processo de sofisticação que incentivou o investimento em cepas nobres. Começa agora, também, a se diversificar a produção, pois, além da adoção da **méthode champenoise** por importante produtor, o maior fabricante brasileiro de vinho acabou de lançar uma nova bebida, o **cooler**, que, embora não seja um vinho, abrirá novo mercado para os viticultores. O consumo brasileiro de vinho ainda é baixo, sendo estimado pela **Uvibra** em 2,8 litros/habitante/ano (na **Argentina** são 60 litros, e na **Itália** e na **França**, 90 litros).

É interessante observar que, malgrado as muitas referências à atividade vitivinícola nos últimos anos (notadamente após a entrada, no país, de grandes grupos internacionais da área) não se verifica significativa ampliação do

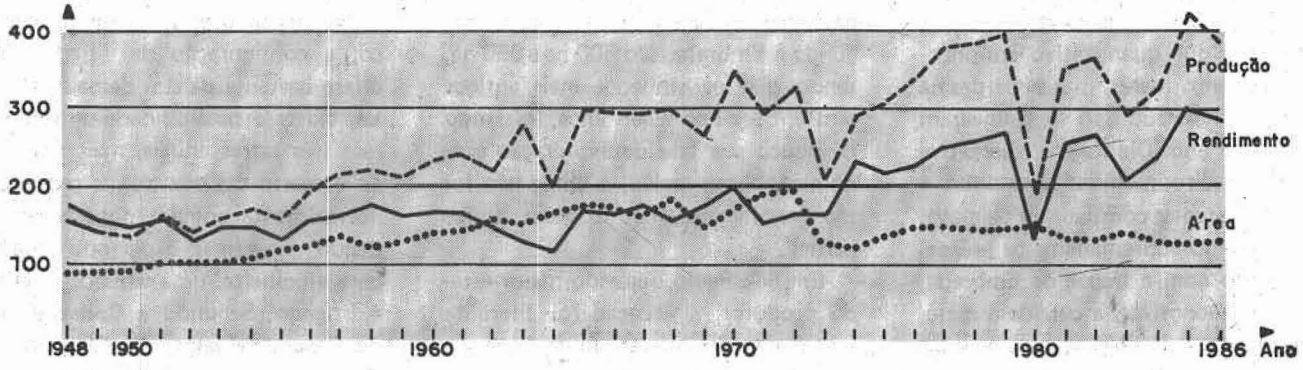


plantio, nem no principal estado produtor, nem no total do país (ver Gráficos 03 e 04) devendo-se as maiores produções tão-somente a ganhos de produtitivade das lavouras.

O subsetor tem, porém, importância na economia gaúcha e é considerado por muitos uma boa opção para agricultores cujas terras sejam impróprias para outras lavouras.

UVA – RIO GRANDE DO SUL – ÍNDICE DE ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO FÍSICO MÉDIO – 1948-86 – (1947 = 100)

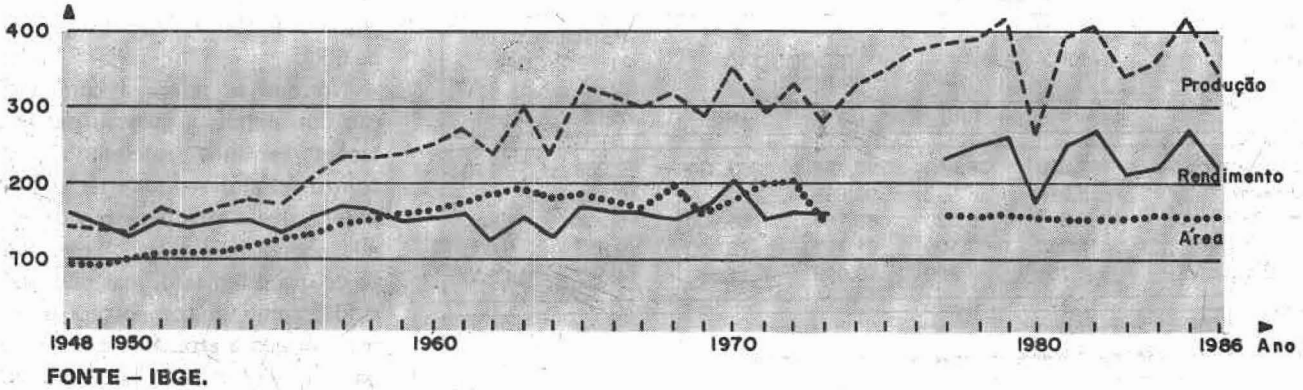
GRÁFICO 03



FONTE – IBGE.

UVA – BRASIL – ÍNDICE DE ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO FÍSICO MÉDIO 1948-86 – (1947 = 100)

GRÁFICO 04



FONTE – IBGE.

MEL DE ABELHA NO MUNDO

A estimativa preliminar da produção mundial em 1986 revela um acréscimo de apenas 1%. A produção aumentou na **América do Norte**, *principalmente devido aos* **EUA**. *Na* **América do Sul**, *diminuiu consideravelmente, em razão da fraca safra da* **Argentina**. *Na* **Ásia**, *a* **China** *aumenta sua produção, enquanto a do* **Japão** *diminui e, na* **Oceania**, *a* **Austrália**, *maior produtor da região deve ir bem. Entre os europeus, a* **Alemanha Ocidental** *teve um desempenho pouco abaixo do normal e a* **URSS** *não apresentou modificação.*

A produção mundial, no ano de 1986, está prevista em 950 mil t, 1% a mais do que as 940 mil t de 1985 (ver Quadro 14). Na **América do Norte**, espera-se um acréscimo de 13%. Condições climáticas desfavoráveis na principal área de produção do **México** devem reduzir a produção a 47 mil t, 5 mil t abaixo da do ano anterior. A produção canadense está prevista em 37,8 mil t, 7% a mais do que um ano antes, devido principalmente ao clima favorável e ao melhor rendimento das safras nas províncias ocidentais. A produção da **Argentina**, no ano agrícola de 1986, deve cair fortemente, para 25 mil t, 20 mil t menor do que no ano anterior, pois chuvas constantes em novembro reduziram o suprimento de néctar e pólen nas flores.

A **URSS**, maior produtor mundial de mel, deve colher 190 mil t em 1986, a mesma quantidade do ano anterior. O verão seco reduziu a floração, conseqüentemente a disponibilidade de néctar. Houve, também, um declínio marginal do número de colméias, de acordo com o adido agrícola dos **EUA** em **Moscou**. Deste modo, a produção da **União Soviética** não excede os níveis de 1984 e 1985, em que não foi boa, em razão das condições severas do inverno. Na **Alemanha Ocidental**, a produção está estimada em 18 mil t, 7 mil t mais do que a fraca safra do último ano. A produção japonesa está situada em 5 mil t, 31% menor do que um ano antes, por causa do contínuo declínio do número de colméias, diminuição das áreas com flores e escassez de mão-de-obra. A **Austrália** espera produzir 27,3 mil t, 9% mais do que em 1985.

Consumo

Durante 1986, o consumo total terá sido menor na **Argentina, Brasil, Alemanha Ocidental** e **China**, e maior na **Austrália, Canadá, Japão, EUA** e **URSS**. O consumo *per capita*, mais baixo na **Alemanha Ocidental**. Sem mudança na **Argentina, Brasil, Japão, México, URSS** e **China** (ver Quadro 15).

Comércio

As exportações mundiais cresceram mais do que as importações, em 1985. As exportações subiram significativamente na **China, Europa** e **América do Sul**, particularmente na **Argentina**, enquanto declinaram na **América do Norte**, principalmente no **México**, e na **União Soviética**.

Tanto a **América do Norte** quanto a **Europa** incrementaram suas importações, em 1985. Os **EUA** responderam pela maior parte do aumento na **América do Norte**, enquanto a **Alemanha Ocidental** e a **França** tiveram os

QUADRO 14 – MEL DE ABELHA – SITUAÇÃO DO SUPRIMENTO MUNDIAL – 1981-86
(mil t)

ANO	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	CONSUMO[1]	BALANÇA COMERCIAL[2] INTERNACIONAL	ESTOQUE FINAL	ESTOQUE FINAL/ CONSUMO (%)
1981	137,9	873,8	873,3	0,7	137,7	15,8
1982	137,7	908,8	917,5	0,0	129,0	14,1
1983	129,0	970,0	941,3	22,8	134,9	14,3
1984	134,9	945,0	951,7	–10,1	138,3	14,5
1985	138,3	940,0	945,0	11,6	121,7	12,9
1986[3]	121,7	950,0	948,3	0,0	123,4	13,0

FONTE – USDA.
[1] Estimativa;
[2] o sinal negativo indica que as importações superaram as exportações;
[3] situação em outubro de 1986.

QUADRO 15 – MEL DE ABELHA – PAÍSES SELECIONADOS – CONSUMO TOTAL E PER CAPITA – 1985-86

PAÍS	CONSUMO TOTAL (mil t)		CONSUMO PER CAPITA (kg)	
	1985	1986	1985	1986
Alemanha Ocidental	77,0	76,0	1,3	1,2
Argentina	6,0	4,8	0,2	0,2
Austrália	11,5	12,5	0,7	0,8
Brasil	26,9	26,0	0,2	0,2
Canadá	19,7	22,6	0,8	0,9
China	95,2	92,0	0,1	0,1
EUA	116,6	143,8	0,5	0,6
Japão	38,3	40,0	0,3	0,3
México	8,0	8,0	0,1	0,1
URSS	167,0	169,0	0,6	0,6

FONTE – USDA.

maiores aumentos na **Europa**. As importações do resto do mundo declinaram, lideradas pelo **Japão**.

Estoques

Espera-se que, em termos globais, os estoques tenham aumentado em 1986. Continuaram a subir nos **EUA**, mas espera-se que caiam, no **México**, no início de 1987. É provável que aumentem, em menor extensão, no **Canadá** e no **Japão**, enquanto prevêem-se diminuições na **Argentina, Austrália e Brasil**. A **URSS**, novamente, terá estoques diminutos. Os estoques em países selecionados são os constantes do Quadro 16.

SITUAÇÃO EM PAÍSES SELECIONADOS

A quantidade produzida na **Argentina**, em 1986 (colhida de setembro de 1985 a março de 1986), foi fortemente reduzida pelas chuvas persistentes na primeira etapa da extração de mel. As exportações de 1986 estão previstas em apenas a metade das 42.173 t embarcadas no ano anterior.

A previsão para 1987 é de que a produção recuperará o nível normal e que as exportações provavelmente aumentarão. A tarifa sobre a exportação foi reduzida de 24,5% para 15,5% em fevereiro de 1986, sendo uma da série de medidas intentadas para beneficiar o setor agrícola.

A oferta de mel na **Austrália** foi bastante boa em 1986, após ter estado limitada pelo clima seco, em 1985. As exportações também caíram em 1985 e provavelmente ficarão no mesmo nível em 1986. Os preços **fob** da **Austrália** aumentaram durante 1986, como reflexo da maior fraqueza do dólar australiano e da competição mais forte nos mercados de exportação, tais como o do **Reino Unido**. O consumo interno deve-se recuperar parcialmente em 1986, enquanto as exportações serão outra vez limitadas.

No **Canadá**, os rendimentos serão ligeiramente maiores, pois as condições têm sido mais favoráveis do que em 1985. É o caso do Oeste do país, já que o Leste experimentou um verão úmido, chuvoso e fresco. Cerca de 80% das exportações canadenses, em 1985, foram para os **EUA**. As exportações totais serão menores, em 1986.

As importações canadenses de abelhas acondicionadas, dos **EUA**, diminuíram em razão de uma proibição à importação no Leste do país, desde março de 1986, em resposta à descoberta de ácaros traqueais.

A produção da **China** continua a se expandir, pois aumenta o número de colméias. Seis modernas unidades de processamento, com capacidade agregada de cerca de 20 mil t estão em construção e o objetivo para 1990 é de 8 milhões de colméias, com rendimentos de 22,5 kg por colméia e produção de 180 mil t. Os rendimentos aparentemente serão sacrificados, para a expansão das colméias, dentro deste objetivo.

As condições climáticas da **Alemanha Ocidental** durante o período de crescimento de 1986 foram favoráveis na maior parte das áreas. O consumo de mel está completamente estagnado. Cerca de 80% do total do suprimento são importados. Os países do **Leste Europeu** têm ganho

QUADRO 16 – PAÍSES SELECIONADOS – ESTOQUES INICIAIS DE MEL DE ABELHA 1984-87[1] (em t)

PAÍS	1984	1985	1986	1987
Argentina	1.107	4.006	833	0
Austrália	4.654	2.259	1.052	982
Brasil	16	15	15	0
Canadá	7.253	6.513	5.000	5.500
EUA	74.934	86.728	97.932	102.513
Japão	5.000	6.500	3.000	4.000
México	8.000	5.960	7.580	4.080
URSS	8.000	0	0	0

FONTE – USDA.
[1] Estimativa preliminar.

QUADRO 17 – ALEMANHA OCIDENTAL – INCIDÊNCIA DE DOENÇAS NOS APIÁRIOS – 1982-85				
DOENÇA	1982	1983	1984	1985
American Foulbrod	160	192	167	166
Acarídeos	465	262	191	285
Doença de Varroa	3.307	7.673	8.820	9.963
FONTE – USDA.				

parcelas cada vez maiores do mercado, pelos seus baixos preços e contratos favoráveis, que incluem a permuta de mercadorias.

A doença de **Varroa** continua a ser um problema na **Alemanha Ocidental**. O governo recentemente revelou que a biologia do vetor e as condições de vida das abelhas impedem a erradicação completa da parasitose. O Quadro 17 apresenta o desenvolvimento dos ataques de doenças das abelhas em anos recentes (em número de apiários afetados).

As importações de mel do **Japão** baixaram em 1985, revertendo a tendência geralmente altista das necessidades de compras no exterior, devido à produção declinante e ao consumo ascendente. Os estoques também diminuíram em 1985. O número de colméias tem-se reduzido, pelos motivos antes referidos.

De acordo com fontes comerciais, cerca de 60% do consumo de mel são para mesa e o restante é para fins institucionais. A parcela destes últimos tem crescido, com o uso em doces, bebidas e alimentos saudáveis. Grande parte deste aumento da demanda está sendo atendida pelas volumosas importações, a baixo preço, de mel natural. Atualmente, 95% entram no país desta forma, enquanto as embalagens para consumo dos **EUA** e do **Canadá** respondem pela maior parte do restante.

Os preços médios cif pagos em 1985 aos três mais importantes fornecedores foram (em US¢ por libra): **China**, US¢ 36; **Argentina**, US¢ 40; **URSS**, US¢ 43.

A produção do **México** deve cair, pelo terceiro ano consecutivo, em 1986. O clima desfavorável, incluindo a seca na importante região produtora da península de Iucatã, é o responsável pelos menores rendimentos de 1986. Ocorreram altas taxas de mortalidade das abelhas, em razão de acariose.

Em 1986, espera-se que as exportações sejam as mesmas de um ano antes, devido aos grandes estoques remanescentes. Os dois maiores mercados continuam a ser a **Comunidade Econômica Européia** e os **EUA**. Não há, no momento, tarifas sobre as exportações de mel.

A tarifa de importação foi reduzida, recentemente, de 50% *ad valorem* para 45%. A fraqueza do peso e o consumo baixo são fatores importantes na limitação das importações dos **EUA** e de outros países. Não há taxa sobre as importações de abelhas acondicionadas. Contudo, uma permissão para importar é exigida.

A migração para o norte das abelhas melíferas africanizadas tem sido retardada pelas chuvas fortes na **Guatemala**. Espera-se, agora, que as abelhas cheguem ao **México** no final de 1986 ou 1987 (ver Mapa 01). O maior impacto desses insetos, conseqüentemente, não será sentido antes da safra de 1988. O governo e associações apícolas do **México**, em cooperação com técnicos dos **EUA** e **Canadá**, estão trabalhando em medidas preventivas para minimizar os efeitos dessas abelhas, quando ingressarem no país.

A produção da **URSS** está estimada como constante, em 1986. A seca no verão deste ano limitou a floração e a disponibilidade de néctar. O consumo continua a aumentar gradualmente na **União Soviética** e as exportações estão avaliadas para menos, em 1986.

A produção nos **EUA** está projetada para subir a aproximadamente o nível de 1983, durante 1986. As condições climáticas foram relativamente favoráveis no período, na maior parte do país.

De acordo com a **Food Security Act**, há uma provisão opcional restituível, por meio da qual o **Secretário da Agricultura** pode estabelecer o preço de reembolso do empréstimo em um



nível que ele considera que induzirá os apicultores a reembolsarem seus empréstimos, para minimizar a inadimplência, reduzir estoques e manter a competitividade do mel. Em setembro de 1986, o nível de reembolso do empréstimo para o mel âmbar **extra-light** foi de US¢ 42/libra, com o preço médio de sustentação de US¢ 64/libra. De acordo com o **Bureau of the Census**, do **Departamento do Comércio**, o preço de importação dos **EUA** até 1986 foi, em média, de 35,5 centavos/libra, **fob**, base porto estrangeiro ou cerca de 43,7 centavos, base porto de entrega. As importações de mel dos **EUA** subiram rapidamente em anos recentes, como se observa no Quadro 18).

QUADRO 18 – EUA – TOTAL DAS IMPORTAÇÕES[1] DE MEL DE ABELHA – 1980-85 – (em t)

ANO	QUANTIDADE
1980	22.200
1981	35.100
1982	41.700
1983	49.800
1984	58.400
1985	62.700

FONTE – Bureau of the Census, Depto. do Comércio.
[1] **Os principais fornecedores são o México, Canadá, Argentina e China.**

No período janeiro-agosto de 1986, as importações norte-americanas provieram de mais de quarenta países. Os dez principais estão relacionados no Quadro 19.

Tarifas

Os **EUA** têm uma tarifa de **nação-mais-favorecida** de 1% por libra sobre o mel natural (**TSUS** 155.7000, **BTN** 04.06) ou cerca de 3% do valor unitário **fob** de importação, em 1985. O Quadro 20 apresenta as taxas de importação em alguns países que comercializam mel de abelha.

QUADRO 19 – EUA – ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES DE MEL DE ABELHA – JANEIRO A AGOSTO – 1986

PAÍS DE ORIGEM	QUANTIDADE (t)	VALOR (US$ 1.000)	VALOR UNITÁRIO (US$/kg)
China	11.148	7.541	67,6
México	8.761	6.268	71,6
Argentina	8.691	6.744	77,6
Canadá	6.540	6.942	106,1
Austrália	1.761	1.387	78,8
Brasil	1.380	795	57,6
El Salvador	1.112	775	69,7
República Dominicana	494	323	65,4
Honduras	477	345	72,3
Guatemala	430	442	102,8
TOTAL	41.928	32.846	78,3

FONTE – Bureau of the Census, Depto. do Comércio.
[1] Fob, **porto estrangeiro.**

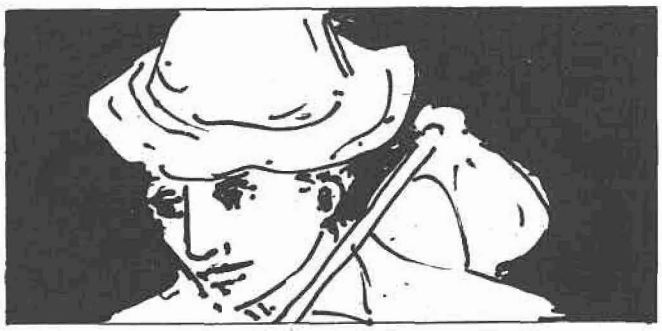
QUADRO 20 – MEL DE ABELHA – TAXAS[1] SOBRE A IMPORTAÇÃO EM PAÍSES SELECIONADOS

PAÍS	TAXA
Hong Kong	0
Canadá	1,5 centavos/libra
Austrália	2% **ad valorem**
Arábia Saudita	3% **ad valorem**
Kuwait	3% **ad valorem**
Espanha	8% **ad valorem** mais 7% de taxa compensatória
Malásia	US¢ 11/libra
Cingapura	US¢ 11/libra
Comunidade Econômica Européia	27% **ad valorem**
Argentina	28% **ad valorem**
Hungria	30% **ad valorem**
Japão	30% **ad valorem**
Bahamas	32,5% **ad valorem**
República da Coréia	35% **ad valorem**
México	45% **ad valorem**
Turquia	50% **ad valorem**
Romênia	50% **ad valorem**
Venezuela	60% **ad valorem**, mais 3,5% de sobretaxa se chegar por navio, ou 5,5% de avião.
Formosa	70% **ad valorem**
China	80% **ad valorem**
Bulgária	100% **ad valorem**
Brasil	importação proibida

FONTE – Depto. do Comércio.
[1] **As tarifas mudam a todo momento. Logo, esta lista não pode ser considerada definitiva. A tarifa é determinada pelo país importador. Pode haver outras restrições comerciais, adicionais às tarifas.**

Obs.: Este texto se baseou em informações disponíveis em outubro de 1986 e foi preparado por **Gordon E. Patty, Sugar Group, FAS/USDA.** Para maiores informações, contactar a **Foreign Production Estimates Division Washington, EUA.** Texto originalmente publicado em **Foreign Agriculture Circular, Sugar, Molasses and Honey,** em outubro de 1986, traduzido por **Fernando Roberto de Freitas Almeida,** economista do **Centro de Estudos Agrícolas/Ibre/FGV.**

O NOVO IPR



Dentro das medidas de adaptação à uma nova conjuntura econômica, figura a **Resolução 1266**, de 27/02/87, do **Bacen** (ver **Preceitos de Política Agrícola**, nesta edição), que altera a sistemática de cálculo dos juros incidentes sobre os financiamentos de custeio e comercialização, reintroduzindo a indexação dos montantes financiados. A novidade é a utilização do **Índice de Preços Recebidos pelos Produtores — IPR** — sempre que sua variação for inferior à da **LBC**.

Desta vez, procura-se adequar o custo financeiro dos empréstimos agrícolas à capacidade de pagamento dos produtores, uma vez que os preços no setor são determinados muito mais pelas forças da oferta e da demanda no momento da safra do que pelo repasse dos custos de produção, como é freqüente na indústria.

Agroanalysis já mostrou, nos últimos anos (ver volume 7, nº 12, dezembro de 1983, volume 8, nº 2, fevereiro de 1984 e volume 9, nº 2, fevereiro de 1985), que a evolução média dos preços de produtos agrícolas não vinha acompanhando o ritmo de crescimento das taxas de inflação. Vários fatores contribuíram para essa situação: safras abundantes, importações nos anos de colheita reduzida, escassez de crédito no período mais intenso de comercialização e políticas de contenção do processo inflacionário.

Assim, a própria inflação exercia um efeito perverso sobre a renda dos agricultores. Os custos de produção subiam e a política de controle da inflação incidia mais ativamente sobre os preços de produtos de origem agrícola, nos níveis de atacado e de varejo, tanto pelo seu peso nos índices que mensuram a inflação quanto por sua repercussão sobre as reivindicações salariais que, se atendidas, implicariam em pressão sobre os custos de produção de outros setores da economia.

O uso do **IPR** como fator de atualização monetária ameniza o impacto dos encargos financeiros sobre os custos agrícolas, na medida em que acompanha a variação dos preços do próprio setor. Se estes caírem, a atualização monetária também será menor e não se correrá o risco de o agricultor ter que pagar mais pelos seus financiamentos, justamente quando os preços de sua produção estarão em queda. Por outro lado, a possibilidade de optar pela variação da **LBC**, se esta for inferior à do **IPR**, impede que os agricultores sejam excessivamente penalizados quando os preços de produtos agrícolas variarem em níveis superiores aos do resto da economia, mas a capacidade de pagamento dos agricultores se reduz — caso de quebra de safra, em que a receita (preço x quantidade vendida) não cresce proporcionalmente aos preços.

Evidentemente, embora constitua melhora em face dos procedimentos de atualização monetária empregados anteriormente (**ORTN, INPC**), o uso do **IPR/LBC** deixa de atender às particularidades de situações individuais. Porém, não é este o objetivo do instrumento.

Uma objeção que tem sido feita ao uso do **IPR** como fator de atualização do valor dos empréstimos é a de que, sendo um índice agregado, terá efeitos diferentes para os vários produtores, isto é, beneficiará os produtores que financiaram lavouras cujos preços tiveram crescimento superior ao do índice e prejudicará os que se encontram em situação inversa. Isso, contudo, é um fato comum a qualquer indexador. Haverá sempre preços cuja evolução será inferior ou superior à do índice usado, pois todo índice agregado refere-se a uma média. Por outro lado, o uso de índices específicos para cada atividade e para cada caso isolado, se fosse exeqüível, também teria repercussões que poderiam ser consideradas prejudiciais.

Suponha-se que a atualização monetária fosse feita segundo a evolução dos preços de cada lavoura financiada: haveria uma tendência para que todos os produtores buscassem financiamento para as lavouras com índice de atualização mais baixo, isto é, aquelas cujos preços apresentassem menor crescimento. Obviamente, isto resultaria num aumento da produção dessas lavouras e, em conseqüência, maior queda dos seus preços, que poderiam até reduzir-se a níveis tais que não cobrissem os custos não financeiros, prejudicando tanto aqueles que financiaram as lavouras quanto os que utilizaram recursos próprios.

Por outro lado, aquelas lavouras cujo índice de atualização fosse maior teriam sua produção reduzida (pois não seriam, em geral, objeto de financiamento), elevando ainda mais seus preços e prejudicando agricultores, que, por algum motivo, tivessem optado por produzi-las com financiamento, e prejudicando, também, os consumidores, de modo geral.

A atualização monetária pela média dos preços recebidos, portanto, não interfere, de modo direto, na alocação dos financiamentos. Ao contrário, se for válido o raciocínio exposto, é de se supor que, quando os agricultores optarem por financiar lavouras cujos preços evoluam acima da média, o aumento de produção decorrente reduzirá os preços (e vice-versa), adequando a oferta de produtos à demanda e exercendo um efeito de equilíbrio entre oferta e demanda dos vários produtos.



CRÉDITO AGRÍCOLA

Trabalho elaborado
conjuntamente pelas equipes técnicas
Sutec/CFP e FGV/Ibre/Ceq.

A solução encontrada pelo governo para o problema das taxas de juros, em princípio aceita pelos representantes da agropecuária brasileira que participaram das manifestações de fevereiro último em Brasília, foi a adoção do conceito que se poderá chamar de *capacidade de pagamento do Setor.* Na verdade, essa regra, que introduz critérios mais justos do ponto de vista do Setor e dos contribuintes, caracteriza-se por um meio termo entre os procedimentos anteriores a 1983, quando as taxas de juros eram prefixadas com base nas expectativas correntes da inflação (e resultavam em subsídios, sempre que a inflação se acelerava por fatores exógenos ou não ao setor agrícola) e a sistemática mais recente, de uma indexação parcial (em 1983/84) ou integral (1984/85 e 1985/86) às taxas inflacionárias da economia.

Com o novo critério, a vigorar a partir de 1º de março de 1987, as taxas de juros para o Setor passarão a introduzir automaticamente o subsídio, sempre que a situação do Setor Agrícola, – a ser medida pela evolução dos preços através do **Índice de Preços Recebidos pelos Produtores Rurais (IPR)** – indique a sua real necessidade. Previne, assim, a ocorrência de subsídios excessivos ou mesmo desnecessários, caracterizados nos períodos de prefixação dos juros, ao mesmo tempo que elimina a possibilidade de sufocar o Setor pelo ônus do custo financeiro, tornado às vezes insuportável pelas condições de mercado.

O problema mais sério que ainda deve permanecer, em função de uma avaliação pelo comportamento da média do Setor (já que o **IPR** deve refletir a situação de um conjunto amplo de produtos), diz respeito a problemas marcadamente diferenciados entre as diversas lavouras que compõem esse conjunto. No entanto, ajustes específicos, como o tratamento aplicado recentemente ao reajuste dos **preços mínimos** da safra 1986/87 ou as regras para fixação dos **Preços de liquidação dos EGF** poderão ser empregados nesses casos, para aumentar a eficiência do novo sistema.

O novo Índice

A sistemática para apuração do novo **IPR** é bastante semelhante à que vem sendo utilizada, desde outubro de 1969, pelo **Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia**, da **Fundação Getúlio Vargas (CEA-FGV)**. As informações de preços recebidos pelos agricultores são as mesmas do **IPR-FGV**; são coletadas pelas redes estaduais de extensão rural, na maioria dos municípios do território nacional, por volta do dia 15 de cada mês. Com base nas médias aritméticas (p^{im}) dos preços coletados, para cada produto "i", nos municípios que compõem uma mesma microrregião homogênea "m", e na participação (w^{im}) de cada microrregião "m" no valor desse produto "i", em cada unidade da Federação "j", segundo o **Censo Agropecuário** de 1980, são obtidas as médias estaduais de preços (p^{ij}) em um dado período "t".

Ou seja,

$$P_t^{ij} = \sum_m p_t^{im} \cdot w^{im}$$

Numa segunda etapa, os relativos desses preços médios estaduais (P_t^{ij}) e os apurados no levantamento anterior (P_{t-1}^{ij}) são ponderados pela participação (w^{ij}) do valor de cada produto "i", em cada estado "j", em relação ao valor total da produção agrícola brasileira (também de acordo com o **Censo Agropecuário** de 1980).

Assim, o índice pode ser representado na forma

$$IPR_t = \frac{\sum_i \sum_j w^{ij} \left(\frac{P_t^{ij}}{P_{t-1}^{ij}} \right)}{\sum_i \sum_j w^{ij}} \cdot IPR_{t-1}$$

QUADRO 21 – IPR – ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES RURAIS (NOVA ESTRUTURA DE PONDERAÇÕES E VARIAÇÕES MENSAIS DOS PREÇOS)

PRODUTO	PESO	VARIAÇÃO MENSAL DOS PREÇOS (EM %)							
		Jul-86/ Jun-86	Ago-86/ Jul-86	Set-86/ Ago-86	Out-86/ Set-86	Nov-86/ Out-86	Dez-86/ Nov-86	Jan-87/ Dez-86	Fev-87/ Jan-87
LAVOURA	62,306234	0,89	2,39	1,98	1,1	1,78	6,09	0,96	4,47
Algodão em caroço	2,390284	1,31	3,01	2,71	3,86	3,91	3,01	–0,18	9,52
Amendoim em casca	0,294742	7,61	5,79	4,56	5,23	–1,10	3,07	–9,49	–2,40
Arroz em casca	6,456471	0,00	2,16	0,84	0,00	1,26	4,13	1,19	0,39
Banana	1,098591	4,93	8,45	5,19	7,82	2,67	4,83	9,93	5,16
Batata inglesa	1,147668	9,17	10,66	1,67	6,19	2,92	–4,33	–16,90	–0,84
Cacau	2,106087	3,90	8,34	6,13	–1,32	–2,86	–3,32	–0,63	3,61
Café em coco	7,075070	–2,26	7,03	4,68	–3,40	–2,98	–9,31	–8,55	–7,36
Caju	0,032765	–1,49	29,63	2,22	5,69	0,98	7,66	3,42	–1,31
Cana-de-açúcar	8,574088	–0,02	0,16	0,25	–0,39	0,88	28,23	0,14	20,05
Cebola	0,406878	8,87	–4,44	–5,94	4,67	4,99	–8,5	–16,12	3,26
Coco da baía	0,219831	2,52	7,98	7,95	5,79	7,46	21,76	9,13	–4,53
Feijão	5,815025	3,47	4,53	3,21	2,33	2,58	6,37	3,90	1,34
Fumo em folha	0,911268	–2,24	2,04	–3,76	0,75	4,05	–0,56	20,51	7,95
Juta	0,138972	5,56	1,93	7,23	7,38	7,17	0,7	14,68	–10,87
Laranja	1,617343	–6,79	–17,92	13,70	–5,27	9,26	30,41	2,03	–5,66
Malva	0,183390	–0,17	6,10	17,41	6,57	3,94	–0,13	6,95	–4,02
Mamona	0,168231	7,62	11,95	2,37	–1,16	–2,34	1,6	2,36	0,77
Mandioca	3,303665	8,85	4,84	0,65	9,36	6,61	1,16	1,90	25,96
Milho	7,855560	1,43	2,11	0,69	2,74	3,33	6,45	4,24	1,16
Pimenta do reino	0,269056	–022	9,10	–3,80	3,83	16,12	5,86	1,05	7,46
Sisal	0,014740	2,34	–1,53	0,00	1,55	0,00	2,29	–0,37	1,87
Soja	9,057793	–0,47	0,00	0,47	0,94	1,40	2,3	0,45	0,45
Tomate	0,717207	–14,32	–8,22	2,16	2,42	3,54	8,26	–3,95	19,73
Trigo	2,034292	–0,30	0,00	–0,30	0,00	0,00	–0,6	0,30	0,00
Uva	0,417217	9,01	7,47	3,47	–6,24	2,56	14,46	92,37	6,34
PECUÁRIA	33,025343	8,55	5,25	5,87	1,69	5,79	15,9	19,46	–0,68
Boi gordo de corte	10,705516	7,60	7,83	10,30	–1,21	11,58	34,65	18,00	–9,45
Suíno para corte	4,396828	5,03	6,29	8,46	7,34	1,85	12,17	7,22	–8,10
Frango/Galinha de corte	5,081111	4,90	3,17	3,71	2,97	7,71	12,59	8,25	2,52
Leite	9,999615	14,65	3,96	2,54	1,24	1,22	2,02	33,99	6,19
Lã	0,241288	6,52	2,18	0,15	–4,55	–1,55	–0,26	20,62	1,94
Ovos	2,580731	2,35	2,16	0,84	3,91	3,09	6,38	12,12	15,17
Mel de abelhas	0,020254	0,57	2,14	5,06	2,04	4,80	10,03	8,67	6,51
TOTAL	95,331577								
AGROPECUÁRIA VARIAÇÃO (%)		3,55	3,38	3,33	1,30	3,17	9,49	7,37	2,69

FONTE – FGV/Ibre/Cea. Elaboração: Sutec/CFP.

QUADRO 22– EVOLUÇÃO DOS INDICADORES UTILIZADOS PARA DETERMINAÇÃO DOS FATORES DE ATUALIZAÇÃO MENSAL DO CRÉDITO AGRÍCOLA

MÊS DE APLICAÇÃO DO FAM	IPR (Média Trimestral)		LBC		CADERNETA DE POUPANÇA	
	Período	Variação	Período	Variação	Período	Variação
Março	jan-87/nov-86	6,68%	15/01/87a 14/02/87	16,50%	Fevereiro	16,82%
Abril	fev-87/dez-86	6,52%	15/02/87a 14/03/87	14,59%	Março	19,60%

FONTE – FGV/Ibre/Cea e Banco Central do Brasil

O novo **IPR** difere, portanto, do tradicional **IPR-FGV** apenas no que diz respeito a sua estrutura de ponderações (w_{ij}), agora calculada com base em dados mais atuais, refletindo com mais propriedade a composição recente da produção agropecuária nacional (os novos pesos de cada produto, bem como as variações mensais dos preços no nível nacional, são os divulgados no Quadro 21).



O novo IPR e as novas taxas de juros do Crédito Rural

Com fundamento nas regras aprovadas pelo **Conselho Monetário Nacional (Voto 056/87)**, o **Banco Central do Brasil** expediu a **Circular nº 1141** (13/03/87) esclarecendo a fórmula de apuração do fator de atualização mensal (**FAM**), que passa a corrigir o valor dos financiamentos de custeio e comercialização (ver Quadro 22). Pelo critério divulgado será utilizado o menor dos seguintes índices:

"I – Percentual dos rendimentos produzidos pelas **Letras do Banco Central (LBC)** no período compreendido entre o dia 15 do penúltimo mês e o dia 14 do mês anterior ao da atualização;

II – Média aritmética dos **Índices de Preços Recebidos (IPR)** no trimestre anterior ao mês precedente ao da atualização".

Ou seja, o **FAM** a ser aplicado no mês de março de 1987 deverá corresponder ao menor valor da comparação entre:

a) rendimento das **LBC** entre 15/01 e 14/02/87: 16,50%;

b) média aritmética das variações do **IPR** observada nos meses de novembro a janeiro de 1987: 6,68%.

Logo, o fator de atualização para o mês de março de 1987 será: 6,68%.

Similarmente, e utilizando-se o mesmo procedimento para o período seguinte, pode-se calcular o fator de atualização para o mês de abril, que deverá ser: 6,52%.

No que diz respeito aos créditos para investimento agropecuário, as novas regras estipulam que, para os contratos efetuados a partir de 1º/03/87 (e opcionalmente para os contratos anteriores sujeitos à repactuação nessa data), a atualização mensal dos saldos devedores será feita com base no índice aplicado às cadernetas de poupança no mês anterior ao da atualização. Assim, tem-se a aplicação do fator 16,82% para atualização dos saldos em março e de 19,69% para o mês de abril, números esses que refletiram a correção dos depósitos em cadernetas nos meses de fevereiro e março, respectivamente.

Finalmente, sobre os valores corrigidos por essas regras é que deverão ser calculados, nas épocas contratualmente estabelecidas, os juros previstos para cada categoria de empréstimos (ver Quadro 23).

QUADRO 23 – TAXAS DE JUROS A PARTIR DE 01/03/87
(Em % a.a.)

CLASSIFICAÇÃO DO PRODUTOR	SUDAM, SUDENE, VALE DO JEQUITINHONHA, ESPÍRITO SANTO E NORTE GOIANO[1] MCR 18 e Programas Especiais	Regiões Específicas[2]	Demais Regiões
1) – CUSTEIO			
Pequeno	3	8	10
Médio	6	8	10
Grande	8	8	10
2) – INVESTIMENTO			
Pequeno, Médio e Grande	3[3]	6	6
3) – COMERCIALIZAÇÃO[4]			
Produtos in natura	10	10	10
Produtos beneficiados/ industrializados	15	15	15

FONTE – Banco Central do Brasil (Resolução 1.266/87 e Circular 1.141/87).
[1] Norte Goiano: área do Estado de Goiás acima do paralelo de 13º;
[2] café, cacau, cana-de-açúcar e seringa;
[3] exceto PAPP e Proine;
[4] todas as regiões, independentemente do porte do produtor.

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

ÁLCOOL

O **Ato nº 11/87**, de 23/03/87, do **IAA** altera por tipo e destinação o volume de produção de álcool das destilarias da região Norte-Nordeste, conforme Quadro 24 (**D.O.U.** de 25/03/87).

QUADRO 24 – NORTE-NORDESTE E ESTADO DE SÃO PAULO – PRODUÇÃO REAJUSTADA DE ÁLCOOL – SAFRA 1986/87 (m^3)

ESTADO/REGIÃO	TOTAL	ANIDRO	HIDRATADO
Rondônia	1.401	–	1.401
Pará	6.695	–	6.695
Maranhão	25.601	14.200	11.401
Piauí	18.546	–	18.546
Ceará	23.804	–	23.804
Rio Grande do Norte	151.690	38.592	113.098
Paraíba	314.559	37.242	277.317
Pernambuco	618.150	159.383	458.767
Alagoas	851.834	166.286	685.548
Sergipe	59.750	–	59.740
Bahia	32.141	–	32.141
Norte-Nordeste	2.104.171	415.703	1.688.468

FONTE – IAA.

ARROZ E FEIJÃO

A **Portaria nº 58**, de 17/03/87, da **Sunab**, sujeita os preços do arroz e feijão, nos níveis de atacado e de varejo, ao regime de acompanhamento de preços (**D.O.U.**, de 18/02/87).

CAFÉ

A **Resolução nº 11**, de 13/02/87, do **IBC**, fixa em até 5% do valor do preço mínimo de registro, informado diariamente pelo **IBC**, o limite para compensação de **Avisos de Garantia**.

A **Resolução nº 13**, de 13/02/87, do **IBC**, revoga a **Resolução 76/86**, de 25/11/87, que estabelecia a incidência de quota de contribuição sobre exportações de café em grão. Quanto às exportações de café solúvel, a **Resolução nº 14**, de 13/02/87 reduz para zero o valor da quota de contribuição que sobre elas incide (**D.O.U.** de 20/02/87).

A **Portaria nº 39**, de 23/03/87, do **Ministério da Indústria e Comércio**, aprova o **Regimento Interno** do **IBC** (**D.O.U.** de 24/03/87).

A **Resolução nº 20**, de 23/03/87, do **IBC**, admite, até 31/07/88, que cafés vendidos ao **IBC** pelas cooperativas de cafeicultores, e acondicionados em sacaria de tipo exportação, sejam entregues e depositados em armazéns de propriedade das cooperativas.

Esta armazenagem não acarretará despesas para o **IBC**, que retirará o produto segundo sua conveniência (**D.O.U.** de 26/03/87).



CRÉDITO RURAL

A **Circular nº 1.130**, de 12/02/87, do **Bacen**, regulamenta a aplicação dos depósitos da caderneta de poupança rural, cujo rendimento obedecerá às normas fixadas para os depósitos de poupança livre.

A captação se dará nas dependências do **Banco do Brasil** que operam com crédito rural e, além dos 20% de encaixe obrigatório, deverão aplicar pelo menos 60% dos recursos captados em operações de investimento rural e outras, conforme discriminado no **Capítulo 18** do **Manual de Crédito Rural**. As operações assim realizadas deverão ter cláusula de atualização vinculada ao índice utilizado nos depósitos de poupança e juros em nível pelo menos igual aos da captação (**D.O.U.**, de 13/02/87).

A **Resolução nº 1.264**, de 26/02/87, do **Bacen**, apresenta os **Valores Básicos de Custeio** para o feijão (incluindo as lavouras irrigadas) da **safra da seca**, em todo o Brasil. Segundo a **Resolução**, este **VBC** poderá ser financiado integralmente, independentemente do porte do produtor (**D.O.U.** de 27/02/87).

A **Resolução nº 1.266**, de 27/02/87, do **Bacen**, divulga os juros que vigorarão para as operações de crédito rural, a partir de 1º/03/87. Recorde-se que, segundo a **Resolução nº 1.131**, de 15/05/86, do **Bacen**, os juros do crédito rural seriam fixados com base na taxa anual de captação do sistema bancário para 180 dias, conforme apurada e divulgada pelo **Banco Central**, com rebate de 10 pontos de percentagem. O mesmo documento esclarece que, a partir de 28/02/87, os encargos passariam a ser ajustados semestralmente, dentro dos mesmos critérios (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 5, maio de 1986).

Entretanto, as altas taxas de juros praticadas no início do ano e a perspectiva de uma safra abundante em 1987, com a conseqüente pressão baixista sobre os níveis de preços recebidos pelos agricultores, provocaram intranqüilidade entre os produtores rurais, ante a possibilidade de não poderem cumprir seus compromissos financeiros.

A **Resolução nº 1.266**, que visa a adequar os encargos financeiros do crédito rural à nova conjuntura econômica prevê, a partir de 1º/03/87, que os juros incidentes sobre operações de crédito rural enquadradas nas disposições do **Capítulo 18** do **Manual de Crédito Rural (Recursos Obrigatórios)** e aquelas formalizadas com recursos de programas especiais e do **Fundo de Desenvolvimento Rural** serão os constantes do Quadro 25 e determina o uso de um fator de atualização sobre o valor das operações. Para os financiamentos de custeio e de comercialização, o fator de atualizaçãoserá a variação dos rendimentos das **Letras do Banco Central (LBC)** ou do **Índice de Preços Recebidos pelos Produtores Rurais (IPR)**, o que for menor. No caso dos créditos de investimento, será usado o mesmo índice aplicável aos depósitos em caderneta de poupança.





Estão excluídos destas normas os encargos financeiros de operações sob a égide do **Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP)** e do **Programa de Irrigação do Nordeste (Proine)** (**D.O.U.**, de 28/02/87).

A **Resolução nº 1.267**, do **Bacen**, determina a prorrogação dos saldos devedores de créditos de custeio agrícola relativos à safra 1986/87 e de investimento e contratados em dezessete municípios da Bahia e três de Minas Gerais, em virtude da estiagem que afetou aquelas áreas.

No caso do custeio, a prorrogação é de até um ano após o vencimento da dívida, mantidas as condições previstas no instrumento de financiamento e independentemente da análise de eventuais pedidos de cobertura do **Proagro**. No caso dos créditos de investimento, o pagamento das parcelas vencidas ou vincendas em 1987 deve ser repactuado para pagamento até um ano após o vencimento final da dívida, podendo o produtor optar por manter as condições previstas no instrumento de crédito ou adequá-las às determinadas pela **Resolução nº 1.266**.

Bacen	– Banco Central do Brasil
D.O.U.	– Diário Oficial da União
VBC	– Valor Básico de Custeio
IAA	– Instituto do Açúcar e do Álcool
IBC	– Instituto Brasileiro do Café
IPP	– Índice de Preços Pagos
Sunab	– Superintendência Nacional de Abastecimento
Proagro	– Programa de Garantia à Atividade Agropecuária

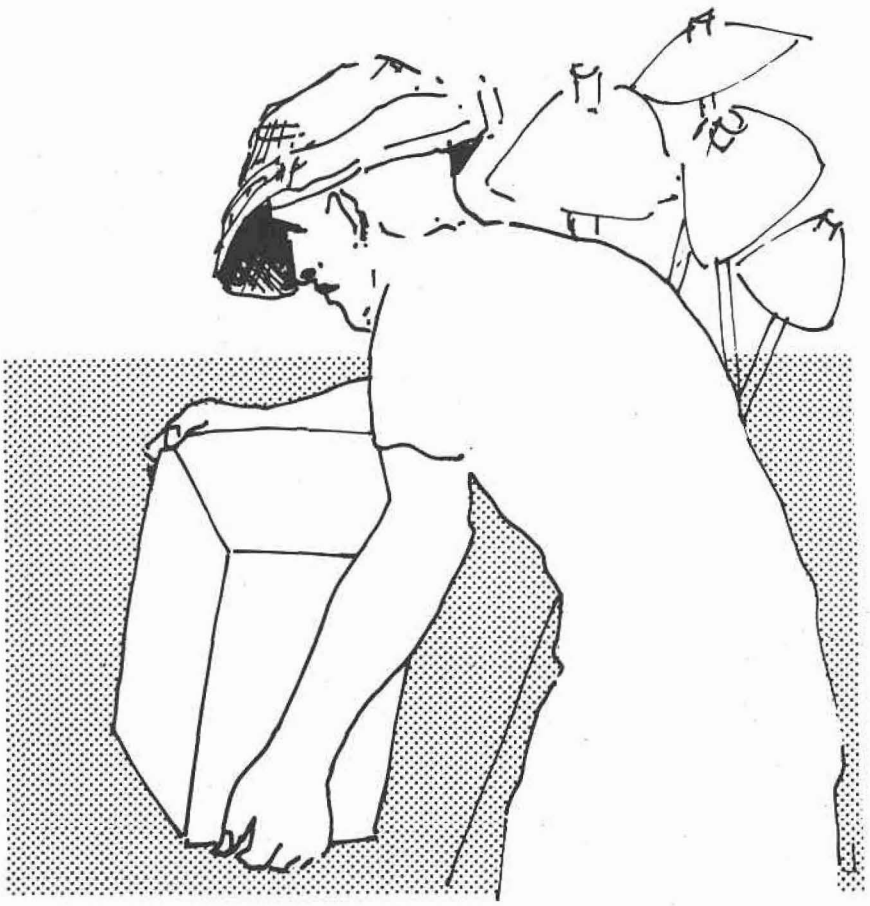
O aporte de recursos aos agentes financeiros será feito pelo **Bacen**, sendo destinados Cz$ 200 milhões para custeio de manutenção, Cz$ 500 milhões para investimento e Cz$ 500 milhões para custeio pecuário (**D.O.U.** de 12/03/87).

O **Decreto nº 94.089**, de 12/03/87 fixa o coeficiente de atualização monetária incidente sobre os valores de referência (**MVR**) em 1,707, sobre os valores vigentes em 1º de maio de 1986. Assim, a partir de 13/03/87 o **MVR** passa de Cz$ 328,38 para Cz$ 560,54 (**D.O.U.** de 13/03/87).

A **Circular nº 1.141**, de 13/03/87, do **Bacen**, esclarece, dentre vários itens relativos à **Resolução nº 1.266**, que, no caso de financiamentos de custeio e comercialização, o fator de atualização determinado naquela **Resolução** será o menor dos seguintes índices: a) **LBC** – percentual de rendimentos produzidos pelo título entre o dia 15 do penúltimo mês e o dia 14 do mês anterior à atualização e b) **IPR** – média aritmética dos índices no trimestre anterior ao mês precedente ao da atualização.

A atualização monetária deverá ser capitalizada obrigatoriamente, e será calculada no último dia útil de cada mês e na liquidação da dívida (**D.O.U.**, de 16/03/87).

Também se recomenda às instituições financeiras prioridade absoluta na concessão de custeio para replantio quando houver evidência do restabelecimento das condições climáticas e recomendações dos órgãos de assistência técnica.



A **Resolução** dispõe, também, que os agentes do **Proagro** deverão calcular a indenização proporcionalmente à área perdida, independentemente de apuração da receita, quando aquela for igual ou superior a 30% da área financiada.

QUADRO 25 – TAXAS ANUAIS DE JUROS PARA FINANCIAMENTOS AO SETOR RURAL – (%)

FINALIDADE	SUDAM, SUDENE, VALE[1] DO JEQUITINHONHA E ES	DEMAIS REGIÕES
Custeio		
– pequeno produtor	3	10
– médio produtor	6	10
– grande produtor	8	10
Comercialização (EGF)		
– produtos in natura	10	10
– produtos industrializados e beneficiados	15	15

FONTE – Resolução nº 1.266

[1] Nos créditos destinados a lavouras de café, cana-de-açúcar, cacau e seringueira juros de 8% para custeio (independentemente do porte do produtor) e de 6% para investimento.

FERTILIZANTES

A **Resolução nº 200**, de 18/02/87, do **Cip**, publica tabela nacional de preços máximos à vista, em nível de consumidor final, para fertilizantes simples e formulados. Os novos preços configuram aumentos de 29% a 15%, segundo o produto, em relação à tabela publicada em junho de 1986 (**D.O.U.** de 19/02/87).



PREÇOS MÍNIMOS

A **Portaria nº 43**, de 25/02/87, do **Ministério da Agricultura**, divulga o método de cálculo do **Índice de Preços Pagos** pelos **Produtores Rurais – IPP** (ver **Agroanalysis** volume 11, nº 2, fevereiro de 1987) que será divulgado mensalmente pela **CFP** e se destina a corrigir os preços mínimos (**D.O.U.** de 27/02/87).

O **Decreto nº 94.077**, de 05/03/87, publica os preços mínimos que vigorarão a partir do mês de março de 1987 (ver **Agroanalysis**, volume 11, nº 2, fevereiro de 1987 e Quadro 26).

Embora entre junho de 1986 e janeiro de 1987 o **IPP** tenha aumentado 26%, os aumentos concedidos tiveram elevações entre 26% e 53%, como forma de corrigir distorções que ocorreram no intervalo (**D.O.U.** de 06/03/87).

TRIGO

A **portaria nº 60**, de 23/03/87, da **Sunab**, reajusta os preços da farinha de trigo. Os preços máximos de venda **FOB**-moinho são estabelecidos em Cz$ 100,55/50 kg para a farinha comum; Cz$ 128/66/50 kg, especial e Cz$ 3.332,23/50 kg para a de fins não alimentícios. Em relação aos preços que vigoraram a partir de 29/08/86, os aumentos foram de 25% para as farinhas comum e especial e de 116% para aquela destinada a fins não alimentícios (**D.O.U.** de 25/03/87).

QUADRO 26 – PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA OS PRODUTOS DA SAFRA DE VERÃO 1986/87

PRODUTO	UNIDADE	PREÇO MÍNIMO BÁSICO (Cz$/UNIDADE)			MÊS DE CORREÇÃO PELA VARIAÇÃO DO IPP
		Até 27/02/87	A partir de 1º/03/87	Δ%	
Prioritários:					
Arroz Irrigado[1]	60 kg	130,00	175,50	35	Abril a Junho de 1987
Arroz de Sequeiro[1]	60 kg	133,80	180,60	35	Abril a Junho de 1987
Feijão[2]	60 kg	318,60	429,00	35	Abril a Junho de 1987
Mandioca	1 t	348,56	470,00	35	Abril a Junho de 1987
Milho – Região Sul e SP	60 kg	84,60	115,20	36	Abril a Junho de 1987
– Demais regiões	60 kg	79,20	110,40	39	Abril a Junho de 1987
Sorgo – Região Sul e SP	60 kg	72,00	97,80	36	Abril a Junho de 1987
– Demais regiões	60 kg	67,20	93,60	39	Abril a Junho de 1987
Exportação[3]:					
Amendoim	25 kg	68,00	100,00	47	
Algodão	15 kg	66,90	100,05	50	
Girassol	40 kg	76,40	96,40	25	
Mamona	60 kg	152,40	192,00	26	
Soja	60 kg	125,40	170,40	36	
Trigo Mourisco	1 kg	1,19	1,50	26	
Regionais[3]:					
Castanha de Caju	1 kg	5,85	7,38	26	
Cera de Carnaúba	1 kg	10,67	13,46	26	
Casulo de seda	1 kg	22,20	28,00	26	
Juta e Malva	1 kg	5,30	6,69	26	
Rami	1 kg	5,59	7,05	26	
Sisal	1 kg	2,80	3,53	26	
Sementes[3]:					
Batata-semente	30 kg	108,00	136,20	26	
Semente de Juta	1 kg	11,00	16,00	45	
Semente de Malva	1 kg	12,75	19,50	53	

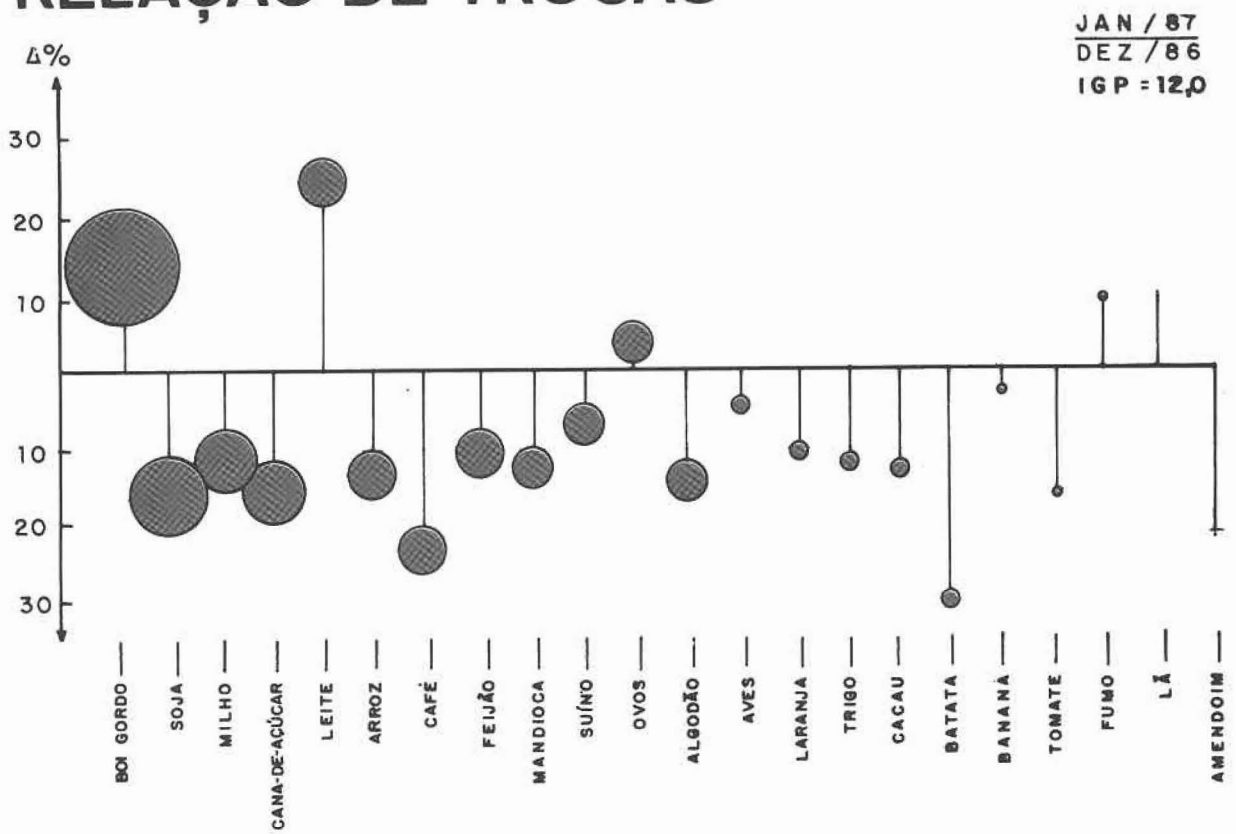
FONTE – Decretos nºs 92.735/86 e 94.077/87.

[1] Preço mínimo válido também para a produção de Roraima e a produção oriunda dos projetos irrigados do Nordeste e do Centro-Oeste;

[2] preço mínimo válido também para a 2ª safra 1986/87 das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste;

[3] preço mínimo definitivo, sem correção mensal.

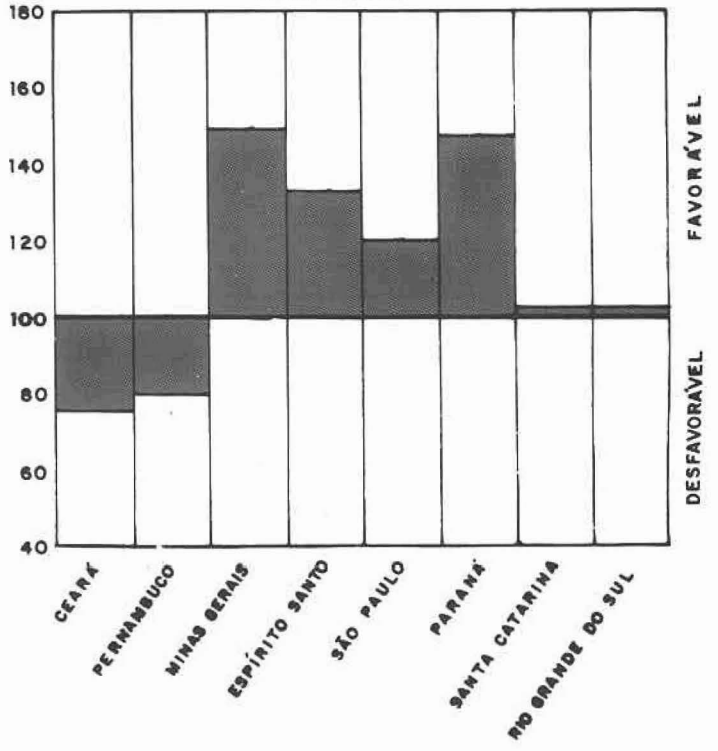
PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado, está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, referente a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

RELAÇÃO DE TROCAS (INDICES DE PREÇOS RECEBIDOS/ ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS – 1970 = 100) EM ESTADOS SELECIONADOS JANEIRO/1987



PREÇOS NO MERCADO EXTERN

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de fevereiro)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de fevereiro*
3 – Preço médio na última quinzena de fevereiro*
4 – Preço médio na última semana de fevereiro*
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

*futuro – primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	4,85	7,34	7,27	7,39		7,59		7,85		7,95		7,93	8,04					Segundo **E.D. & F. Man**, o mercado está-se ressentindo dos anos de preços baixos em que pouco se investiu na atividade. Também considera que a situação brasileira levará à redução de suas exportações de 1987 a 1989.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	61,87	55,94	55,29	55,99		55,94		55,08		54,40			53,86		53,47			Elevados estoques mundiais têm pressionado baixa nas cotações, mesmo com notícias de compras da **URSS.**
CACAU BAHIA US$/tonelada	2.177	1.833,2	1.832,8	1.839,8		1.833,2		1.870,4		1.900,3		1.927,9			1.955,5			Perspectivas de entendimento quanto aos mecanismos de funcionamento do **Estoque Regulador** tendem a fortalecer as cotações
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	241,88	123,15	122,02	126,25		123,15		122,5		127,7		129,6			131,72			Fracasso do **Acordo Internacional do Café**, quanto à determinação das quotas.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	246,62	149,55	146,11	146,30	F: 149,55 · M: 156,39 · A: 160,52 · M: 163,26 · J: 168,92 · J	➡	O **Deptº de Agricultura** dos **EUA** ampliou sua estimativa das importações soviéticas de milho e trigo, de 23 milhões de t para 26 milhões de t, mas a oferta mundial é elevada.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	542,24	488,94	485,41	434,30	M: 488,94 · J: 488,23 · J: 486,94 · A: 484,86 · S: 474,82 · O: 471,73 · N: 477,73 · D · J	➡	O aumento do consumo e a redução dos estoques mundiais de óleos vegetais, de acordo com a publicação **Oil World**, influenciarão o mercado.
SOJA FARELO US$/tonelada	154,54	144,27	142,94	141,58	M: 144,27 · J: 139,92 · J · A: 136,73 · S: 135,83 · O: 134,87 · N: 135,41 · D: 135,11 · J	➡	**Oil World** estima que as importações soviéticas deverão crescer no período janeiro-setembro de 1987, em conseqüência de quebras na safra de cereais e oleaginosas e do incremento dos rebanhos.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	327,48	281,62	280,16	279,85	M: 281,63 · J: 271,52 · J · A: 254,46 · S: 254,28 · O · N · D: 260,26 · J	➡	A produção mundial de 1986/87 deverá alcançar o recorde de 533 milhões de t, 2,5% acima da estimativa anterior, segundo o **International Wheat Council** que estima, ainda, o crescimento das compras soviéticas e chinesas.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Chicago.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de fevereiro de 1986, corrigido pelo IGP. para fevereiro de 1987
2 – Preço médio no mês de fevereiro
3 – Preço médio na última quinzena de fevereiro
4 – Preço médio na última semana de fevereiro
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	395,71	337,32	330,00	330,00	↓	Relativa folga no abastecimento e início da safra do Centro-Sul.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	442,91	290,00	290,00	290,00	→	Após a fixação dos novos preços mínimos (Cz$ 175,50, para o arroz irrigado e Cz$ 180,60, para o de sequeiro), esperou-se a liberação do varejo, que veio em meados de março. Há grande disponibilidade no mercado e a safra será abundante.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg	7.258,95	1.950,50	1.750,60	1.735,00	↓	Preços seguem as cotações externas.
BOI GORDO Cr$/arroba	313,96	495,00	490,00	480,00	↓	Período de plena safra: há grande oferta de animais para abate em razão de sua retenção no ano passado. Mercado consumidor retraído. Compras governamentais para entressafra atrasadas.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: Dira-Cati e Frango Vivo: Apa-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP – DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contatō com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cz$/sc. 60 kg	625,77	446,11	463,00	471,00	↑	Os preços foram liberados no varejo, em uma conjuntura de alta no atacado, motivada pela forte quebra da safra de Irecê e pelas perdas no Centro-Sul, derivadas das chuvas. Há, também, novo preço mínimo.
FRANGO Vivo Cz$/kg	12,11	11,89	12,05	11,87	↑	Há maior oferta de carne bovina, que está praticamente, atuando como um **deflator**, com a queda atual dos preços. As rações, por sua vez tiveram seus preços majorados e o novo preço mínimo do milho ainda não foi bem aceito pelas indústrias.
MILHO Amarelo Semiduro Cz$/60 kg	189,50	–	–	–		Cotações nominais. Os preços recebidos pelos produtores estão abaixo do preço mínimo e a **CFP** espera poder **recuperar** o mercado com o início da operação da **PGPM.**
SOJA - GRÃO Industrial Cz$/60 kg	199,78	174,85	175,00	176,30	↑	Possibilidade de incremento dos preços no exterior e desvalorizações cambiais.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: Dira-Cati e Frango Vivo: Apa-SP.

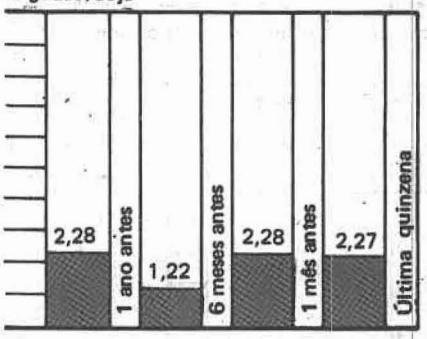
NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP – DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

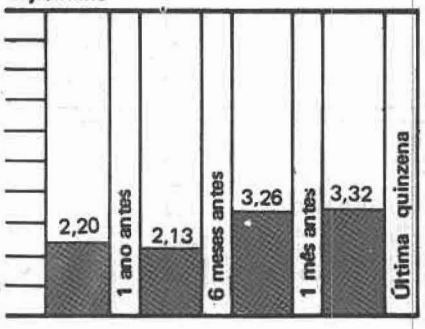
As últimas estimativas do **USDA** para a safra mundial de algodão referem-se à queda de 11,7% na produção. Para os **EUA**, a previsão é de uma safra 27% menor. No caso da soja, ocorre o inverso e já se pensa em uma safra brasileira de 18 milhões de t.

Algodão/Soja



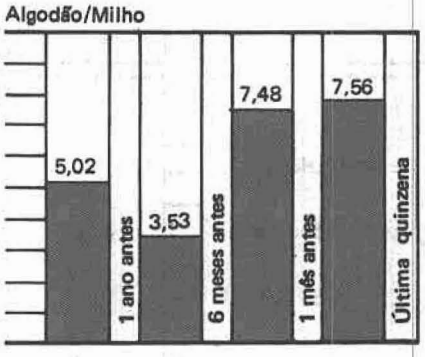
De acordo com a publicação inglesa **The Public Ledger's**, a **URSS** deverá aumentar suas compras de milho e trigo, nos **EUA**, revertendo completamente a expectativa de que, pela primeira vez em quinze anos, não compraria milho norte-americano. Isto é apenas uma suposição. No caso da soja, sabe-se que o consumo está aumentando nos **EUA** (6% o grão, 3% o farelo e 4% o óleo) e no mundo.

Soja/Milho



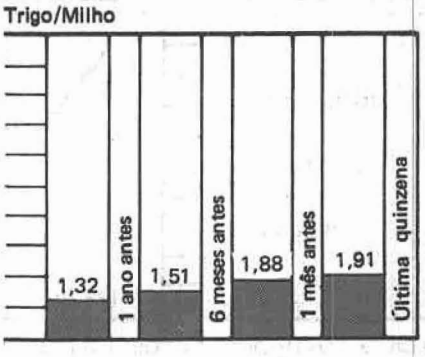
Os dois produtos tiveram quedas nas cotações. O preço médio de janeiro do algodão, em **Nova Iorque**, foi de US¢ 58,32/libra-peso e, em fevereiro de US¢ 55,94. O milho, cotado em **Chicago**, passou da média de US¢ 157,33/**bushel** em janeiro, para US¢ 149,55/**bushel**, em fevereiro. Espera-se que as exportações mundiais de algodão aumentem 16%, em 1986/87, enquanto as de milho deverão diminuir 0,16%.

Algodão/Milho



A produção mundial de trigo é um novo recorde: 533 milhões de t. A **URSS**, que produziu no ano anterior 78 milhões de t, passou a 92,3 milhões de t, mas, segundo o **Conselho Internacional do Trigo**, as compras soviéticas de cereais, este ano, serão mais de trigo do que de milho. De fato, o **USDA** estimou as exportações mundiais do primeiro 5,6% maiores em 1986/87 e, as do milho, conforme referência anterior 0,16% menores.

Trigo/Milho

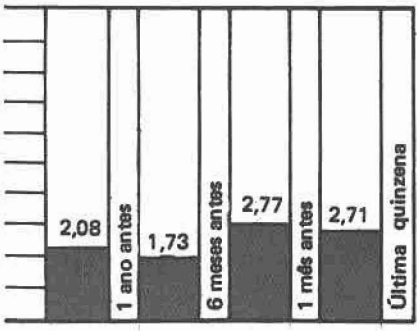


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

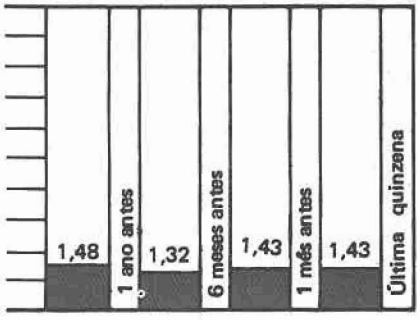
Os preços de ambos os produtos caíram com a regularização do abastecimento de carne bovina. Mais acentuada foi a queda do boi gordo, cuja carne tem a preferência do consumidor, tendo em vista o excesso de oferta no mercado. A grande safra de milho, cujos preços estão abaixo do mínimo, compensou em parte, o declínio da receita dos avicultores.

Boi Gordo/Frango Vivo



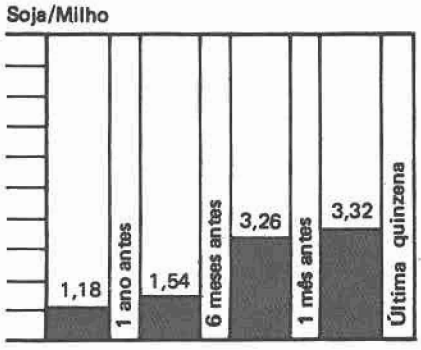
No mês, manteve-se a relatividade dos preços, refletindo a estabilidade das cotações de cada produto. A grande oferta de milho e de soja tem contribuído para a inércia dos preços das rações e a estagnação nominal do boi gordo, para a dos frangos vivos.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



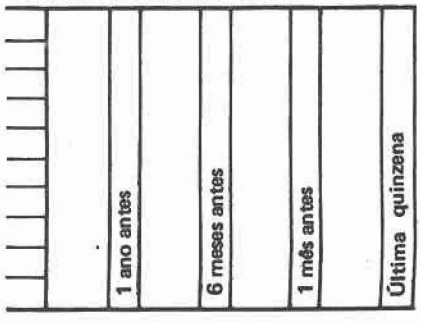
As safras de soja e de milho estão estimadas em níveis elevados (16,7 e 27,4 milhões de t, respectivamente). A CFP estima que, nos meses de março e abril, estarão entrando no mercado 40% da produção de milho, sendo que a demanda não vem sendo grande. A soja beneficia-se da **associação** dos preços internos aos internacionais, com a política de desvalorização diária do cruzado em relação ao dólar.

Soja/Milho



No momento, o mercado registra cotações nominais.

Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento.** Seus resultados, segundo dispositivo legal **(Decreto 68.678/71)**, são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 27 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1987, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE JANEIRO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	33.930	740.746[2]
Algodão	2.445.166	1.924.589
Algodão arbóreo (em caroço)	782.903	119.926
Algodão herbáceo (em caroço)	1.662.263	1.804.663
Alho	194	706
Amendoim (em casca)	112.909	183.337
Amendoim (1ª safra)	110.299	180.462
Amendoim (2ª safra)	2.610	2.875
Arroz (em casca)	6.208.532	10.945.120
Aveia (em grão)	...	...
Banana	283.742	302.407[3]
Batata-inglesa	129.859	1.592.302
Batata-inglesa (1ª safra)	97.523	1.294.069
Batata-inglesa (2ª safra)	32.336	298.233
Cacau (em amêndoa)	2.286	1.341
Café (em coco)	...	...
Cana-de-açúcar	3.451.749	226.630.611
Cebola	67.982	759.745
Centeio (em grão)	...	...
Cevada (em grão)	...	...
Coco-da-baía	82.358	221.659[2]
Feijão (em grão)	4.693.362	1.966.826
Feijão (1ª safra)	2.992.783	1.296.733
Feijão (2ª safra)	1.700.579	670.093
Fumo (em folha)	276.011	416.971
Guaraná (semente)	2.206	273
Juta (fibra)	...	...
Laranja	137.292	10.740.106[2]
Maçã	22.196	1.911.065[2]
Malva (fibra)	2.650	2.415
Mamona	345.903	166.910
Mandioca	1.433.436	17.923.767
Milho (em grão)	13.809.432	27.407.853
Pimenta-do-reino	28	21
Rami	7.200	14.400
Sisal (fibra)	91.717	71.098
Soja (em grão)	9.108.070	16.708.882
Sorgo (em grão)	161.925	313.580
Tomate	47.062	1.713.790
Trigo	...	...
Uva	48.569	460.841

FONTE – IBGE.

[1] Dados preliminares sujeitos a retificações;
[2] mil frutos;
[3] mil cachos.

NOTA – Os dados acima, excepcionalmente, referem-se aos principais estados produtores e não ao **Brasil** como um todo.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Marcos Pereira Vianna.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S.A..

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel
Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Julian Magalhães Chacel (respondendo)
Centro de Estatística de Preços: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estudos de Consumo: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Empresariais: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Centro de Gerência e Economia da Informação: Julian Magalhães Chacel (respondendo)
Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
RIO DE JANEIRO - RJ
BRASIL